

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO



FOLHA DE ASSINATURAS

Presidente Jorge Manuel Alves de Faria	
Vice-Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim	
Vereador a Tempo Inteiro Tília dos Santos Nunes	
Vereador PSD	
Vereadora PSD	
Vereador PSD	
Vereador Independente	



U/2024

CADERNO DE ENCARGOS

**EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO PARA A
REABILITAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO
ENTRONCAMENTO - ESE**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Definições

As definições a utilizar no contrato são:

- Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
- As constantes nos decretos-leis e portarias, com aplicação no presente contrato;
- As definidas pela Direção Geral do Território;
- As definidas pelas Especificações Técnicas de Arquitetura e Especialidades para o Projeto de Execução de Edifícios Escolares.

Cláusula 2.ª

Objeto, natureza e onerosidade da contratação

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual designado **Concurso Público de Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação da Escola Secundária do Entroncamento - ESE**, na Freguesia de N. Sra. de Fátima, Concelho de Entroncamento, desenvolvido ao abrigo das medidas especiais de contratação pública previstas na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação.

2 – O objeto do Contrato insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para contratos públicos (CPV), no código 45214200-2 (Construção de edifícios escolares), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.

3 – A contratação tem por objeto as seguintes atividades:

- a) A conceção na elaboração de todos os projetos necessários à construção das edificações previstas e demais atividades, identificadas no **Anexo 1**, do presente processo de empreitada;
- b) A construção e/ou reabilitação das edificações conforme projeto aprovado pelo Município;

- c) O desenvolvimento de todas as atividades, ainda que complementares, ou acessórios, destinadas a assegurar a boa execução do objeto do Contrato.

Cláusula 3.^a

Contrato

1 – O Contrato é composto pelo clausulado contratual e respectivos anexos.

2 – O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do mesmo diploma.

5 – Em caso de divergência entre o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos ou seus anexos, prevalecerá sempre o Caderno de Encargos.

6 – O Município pode excluir expressamente do Contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do Contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

Cláusula 4.^a

Princípio do contrato

1 – Consideram-se afetos à adjudicação todos os bens imóveis identificados no **Anexo 1** do presente processo de empreitada, assim como os bens a construir, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das atividades contratuais.

Cláusula 5.^a

Preço contratual e preço base

1 – O preço contratual a pagar pelo Dono da Obra pela execução de todos os trabalhos incluídos no objeto do Contrato a celebrar corresponde ao preço proposto na proposta adjudicada.

2 – O preço base que o Município determinou para a **Conceção-Construção para a reabilitação da Escola Secundária do Entroncamento - ESE** e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato é de **13.300.000,00€** (treze milhões e trezentos mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, decompondo-se da seguinte forma:

- a. **200.000,00€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela conceção da obra;
- b. **66.000,00€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela revisão do projeto;
- c. **13.034.000,00€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da obra.

Cláusula 6.^a

Local de intervenção

1 – O local de intervenção é na Escola Secundária do Entroncamento - ESE”, limitada a Norte pela Rua Isabel Falcão Trigoso, a nascente pelas Ruas Forno do Grilo e Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha e a Sul Pela Rua Fernando Pessoa na Freguesia de N. Sra. de Fátima, Concelho de Entroncamento.

CAPÍTULO II

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Cláusula 7.^a

Prazos de execução da empreitada

1 – O prazo de execução da concepção-construção é de **540** (quinhentos e quarenta dias) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, até à data da Receção Provisória, para a execução dos trabalhos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 - A execução do Contrato, objeto do presente Procedimento encontra-se dependente de Financiamento Comunitário, pelo que, só será exequível se, efetivamente vier a beneficiar de comparticipação comunitária, a qual reveste uma natureza de condição *sine qua non*, sob pena de, não sendo aprovada a respetiva candidatura a fundos comunitários, não haver lugar à adjudicação da presente Empreitada, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP.

Cláusula 8.ª

Prazos parciais

1 – O prazo de execução da empreitada, fixado anteriormente, consideram-se como vinculativos os seguintes prazos parciais:

- a) **30** (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato, para a entrega do **Anteprojeto** [AP] em condições de ser aprovado. O Estudo Prévio [EP], dado que foi fornecido pelo Município, será a base de trabalho para esta fase;
- b) **40** (quarenta) dias a contar da data da aprovação pelo Município da fase anterior, para a entrega do **Projeto de Execução** em condições de ser aprovado pelo Município;
- c) **470** (quatrocentos e setenta) dias a contar da data da aprovação pelo Município da fase anterior, para a execução integral de todos os trabalhos de construção definidos neste Caderno de Encargos, incluindo a realização dos trabalhos de vistorias e demais aprovações.

Cláusula 9.ª

Disposições gerais

1 – O Empreiteiro obriga-se:

- a) Iniciar a elaboração do Projeto de Execução com o PSS (Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto) na data de assinatura do Contrato e concluí-lo dentro do prazo definido nos termos da cláusula 8ª;
- b) Iniciar a execução de todos os trabalhos de construção definidos neste Caderno de Encargos, relativos à “Obra”, a partir da data da notificação de aprovação do Projeto de Execução pelo Dono da Obra, ou ainda da data em que o Dono de Obra

- comunique ao Empreiteiro a aprovação do Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a fase de obra, caso esta última data seja posterior;
- c) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no Plano de Trabalhos em vigor;
 - d) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua Receção Provisória no prazo de execução da empreitada, estabelecido na cláusula 8.^a do Caderno de Encargos, contado da data da sua Consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique ao Empreiteiro.

Cláusula 10.^a

Prorrogação do prazo de execução da obra

1 – Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do Plano de Trabalhos e desde que o Empreiteiro o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado proporcionalmente, nos seguintes termos:

- a) Sempre que se trate de trabalhos da mesma espécie de outros definidos no Contrato e a executar em condições semelhantes, proporcionalmente aos prazos parciais de execução previstos no Plano de trabalhos Aprovado para essa espécie de trabalhos e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;
- b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato, mas a executar em condições diferentes, por acordo entre o Dono de Obra e o Empreiteiro, considerando as particularidades técnicas da execução.

2 – Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto no ponto anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.

3 – Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao Empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual da suspensão, o prazo de execução da Obra e os prazos parciais vinculativos previstos no Plano de Trabalhos em vigor e que sejam afetados por essa suspensão.

4 – Caso o Empreiteiro proponha alterações ao Projeto que dependam da aprovação por entidades oficiais, essas alterações só darão direito a eventual prorrogação de prazo se, simultaneamente com a sua proposta de alterações, o Empreiteiro alertar o Dono de Obra das implicações que tais alterações possam vir a ter e este as aceite expressamente,

acrescido do prazo estritamente necessário à organização de meios e execução de trabalhos preparatórios ou acessórios com vista ao recomeço da execução.

5 – Em conformidade com o estabelecido no CCP e mediante requerimento do Empreiteiro, devidamente fundamentado, poderá o Dono de Obra conceder-lhe prorrogação do prazo de execução ou dos prazos parciais vinculativos da empreitada.

6 – O requerimento previsto no ponto anterior deverá ser acompanhado dos novos Planos de Trabalhos e de Pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento e, bem assim, quaisquer outras medidas que para o efeito o Empreiteiro se proponha a adotar.

7 – O Dono de Obra comunica a decisão no prazo de 10 (dez) dias, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO-PROJETO

Cláusula 11.^a

Elaboração do projeto de execução

1 – O Projeto a considerar para a realização da empreitada é o Projeto de Execução elaborado e apresentado pelo Empreiteiro e aceite pelo Dono de Obra.

2 – Para além dos requisitos constantes das disposições legais aplicáveis, o Projeto de Execução deverá ser acompanhado pelos seguintes elementos:

- a) Estudo de Condicionamento Térmico: o empreiteiro deverá apresentar o projeto da especialidade com as soluções de condicionamento térmico para as instalações, de forma a cumprir a legislação em vigor, nomeadamente de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua atual redação e diplomas complementares, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) que integra o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2010/31/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, relativa ao desempenho energético dos edifícios;

- b) Estudo de Condicionamento Acústico: o empreiteiro deverá apresentar, com o Projeto de Execução/Reabilitação, o projeto da especialidade com as soluções de condicionamento acústico para as instalações, em função do equipamento que for efetivamente instalado, de forma a cumprir a legislação em vigor sobre o ruído, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro e suas posteriores alterações (Regulamento Geral do Ruído), e a declaração de garantias subscrita na sua proposta. Constitui também encargo do Empreiteiro a execução das medições do nível do ruído que se demonstrem necessárias para assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o ruído. Estas medições acústicas devem ser efetuadas por entidade acreditada para o efeito. Em função dos resultados obtidos na alínea anterior, e caso se verifique a não conformidade, o Empreiteiro deverá proceder às correções necessárias, até que a legislação sobre ruído seja cumprida.
- c) Projeto de Segurança contra Incêndio: o empreiteiro deverá apresentar o projeto da especialidade de incêndio, o qual deve dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro na sua atual redação, o qual engloba as disposições regulamentares de segurança contra incêndio aplicáveis a todos os edifícios e recintos, distribuídas por 12 utilizações-tipo, sendo cada uma delas, por seu turno, estratificada por quatro categorias de risco de incêndio e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios (SCIE), bem como toda a restante legislação em vigor;
- d) Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
- e) Estudo da Qualidade do Ar no Ambiente de Trabalho: o empreiteiro deverá apresentar o Estudo da qualidade do ar, com especial relevância nos espaços confinados, com a definição das soluções a implementar no âmbito da empreitada de modo a garantir as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no exercício das atividades de exploração das infraestruturas, dando cumprimento às disposições do Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro (Prescrições mínimas em matéria de proteção das trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho) e da Portaria n.º 762/2002, de 1 de julho (aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais), bem como toda a restante legislação em vigor sobre esta matéria.
- f) Projeto de Arquitetura (Projeto ordenador) [ARQ];
- g) Projeto de fundações e estruturas [EST];

- h) Projeto de demolições, escavações e contenção periférica [DECP];
- i) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos [AGES];
- j) Projeto da Rede de Abastecimento de Águas Prediais e de Combate a Incêndios [AGPCI];
- k) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas elétricos [ELE];
- l) Projeto de Instalações de Intrusão e Videovigilância [IIV];
- m) Projeto de infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios [ITED], instalações, equipamentos e sistemas de comunicações [COM];
- n) Projeto de instalações e equipamentos eletromecânicos de transporte de pessoas e carga [EET];
- o) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado [AVAC];
- p) Estudo de Comportamento Térmico e Pré-Certificado Energético;
- q) Projeto de instalações e equipamentos e redes de gás [GAS];
- r) Projeto de segurança contra risco de incêndio em Edifícios Escolares [SRIE];
- s) Projeto de instalações e sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica [EFV];
- t) Projeto de Unidade de Produção de Autoconsumo por Energias Renováveis [UPAC/CERE];
- u) Projeto de instalações e sistemas de produção de água quente sanitária [AQS];
- v) Condicionamento acústico [ACUS];
- w) Projeto de sinalética geral e de emergência [SGE];
- x) Projeto de paisagismo e espaços exteriores [PEE];
- y) Plano de acessibilidades [ACES];
- z) Plano de segurança e saúde em fase de projeto [PSSP];
- aa) Plano de prevenção e gestão de resíduos da construção [PGRC].

3 – Os elementos do Projeto de Execução devem ser submetidos à aprovação do Dono da Obra antes do início dos trabalhos e ser sempre assinados pelos seus autores, que devem possuir para o efeito, nos termos da lei, as adequadas qualificações académicas e profissionais.

4 – Compete ao Empreiteiro a elaboração dos desenhos de detalhe para a execução e das associadas notas de cálculo do Projeto de Execução, bem como dos desenhos correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra.

5 – Na elaboração do Projeto de Execução devem ser observadas as disposições legais relativas à elaboração de projetos de obras públicas, designadamente as contidas no artigo

CADERNO DE ENCARGOS

43.º do CCP e na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, bem como as previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, assim como as “Especificações Técnicas de Arquitetura para projetos de Edifícios Escolares”

6 – O Projeto deve conter todos os elementos necessários para a sua perfeita apreciação complementados com os esclarecimentos, pormenores, planos e desenhos explicativos e com o grau de desenvolvimento em conformidade com o artigo 43.º do CCP e, em especial com o n.º 3 do referido artigo.

7 – Na fase de preparação e planeamento, o Empreiteiro completará os elementos de Projeto apresentados na proposta adjudicada, para que sejam atingidas a pormenorização e especificação necessárias à execução da empreitada.

8 – O autor(es) do(s) Projeto(s) deve(m) prestar a necessária assistência técnica ao Dono da Obra, na fase de execução da obra, conforme previsto na cláusula 16.º.

Cláusula 12.ª

Alterações ao projeto

1 – No decorrer da obra, o Empreiteiro poderá propor à aprovação do Dono de Obra alterações de soluções construtivas, apresentando, para tal efeito, todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 – Os elementos referidos na cláusula anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da proposta de alteração.

3 – Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao Projeto propostas pelo Empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo Dono de Obra.

4 – O empreiteiro é obrigado a dar execução aos trabalhos, provenientes de alterações ou retificações do Projeto que forem determinadas, por escrito, pelo Dono de Obra.

Cláusula 13.ª

Especificações técnicas

1 – Disposições gerais:

- a) O empreiteiro obriga-se a respeitar, no que seja aplicável aos equipamentos a instalar e aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as Especificações Técnicas aprovadas pelo Dono de Obra;
- b) As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada são as deste Caderno de Encargos e as que, eventualmente, vierem a ser acordadas em face do projeto aprovado;
- c) Às especificações técnicas aplica-se o disposto no artigo 49.º do CCP;
- d) Quando o Empreiteiro decida adotar normas de qualidade para os materiais e equipamentos ou normas para a execução dos trabalhos distintas das constantes das Especificações Técnicas, deverá demonstrar a sua equivalência através de entidade independente e aprovada pelo Dono de Obra;

Cláusula 14.^a

Principais obrigações do Empreiteiro

1 – É da responsabilidade do Empreiteiro a revisão do projeto conforme legislação em vigor, previsto na alínea b) do ponto 2 da cláusula 5ª deste caderno de encargos e conforme artigo 43.º do CCP.

2 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorre para o Empreiteiro a obrigação de entrega do trabalho em conformidade com a proposta aprovada.

3 – A título acessório, o Empreiteiro fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4 – O Empreiteiro obriga-se a garantir que o Projeto e Execução a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observem todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, dos regimes jurídicos das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área objeto de intervenção, e das normas técnicas de construção.

5 – O Empreiteiro assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pela boa prestação de serviços.

6 – As ações de supervisão e/ou aprovação da Entidade Adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Empreiteiro no que se refere à prestação de serviços.

Cláusula 15.^a

Constituição da equipa projetista

1 – A equipa projetista deve ter um Coordenador de Projeto que assume a coordenação do Trabalho de Conceção selecionado, que deverá assegurar inscrição efetiva na respetiva Ordem durante todo o processo.

2 – A equipa projetista deve ser constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores que assegurem a elaboração dos projetos de todas as especialidades necessárias, designadamente:

- a) Projeto de Arquitetura (Projeto ordenador) [ARQ];
- b) Projeto de fundações e estruturas [EST];
- c) Projeto de demolições, escavações e contenção periférica [DECP];
- d) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos [AGES];
- e) Projeto da Rede de Abastecimento de Águas Prediais e de Combate a Incêndios [AGPCI];
- f) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas elétricos [ELE];
- g) Projeto de Instalações de Intrusão e Videovigilância [IIV];
- h) Projeto de infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios [ITED], instalações, equipamentos e sistemas de comunicações [COM];
- i) Projeto de instalações e equipamentos eletromecânicos de transporte de pessoas e carga [EET];
- j) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado [AVAC];
- k) Estudo de Comportamento Térmico e Pré-Certificado Energético;
- l) Projeto de instalações e equipamentos e redes de gás [GAS];
- m) Projeto de segurança contra risco de incêndio em Edifícios Escolares [SRIE];
- n) Projeto de instalações e sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica [EFV];
- o) Projeto de Unidade de Produção de Autoconsumo por Energias Renováveis [UPAC/CERE];
- p) Projeto de instalações e sistemas de produção de água quente sanitária [AQS];

- q) Condicionamento acústico [ACUS];
- r) Projeto de sinalética geral e de emergência [SGE];
- s) Projeto de paisagismo e espaços exteriores [PEE];
- t) Plano de acessibilidades [ACES];
- u) Plano de segurança e saúde em fase de projeto [PSSP];
- v) Plano de prevenção e gestão de resíduos da construção [PGRC].

3 – Deve ser assegurada a coordenação do projeto, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no projeto, garantindo a adequada articulação de toda a equipa de projeto e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 8.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

4 – A equipa projetista referida nos números anteriores deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, e demais legislações aplicáveis quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

5 – A equipa projetista deve incluir os técnicos autores identificados no Projeto de Execução.

Cláusula 16.^a

Faseamento da prestação do serviço

1 - Os serviços objeto do Contrato correspondem à conceção do Projeto de Execução de edifícios escolares e área escolar envolvente e devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo projetista ou constantes de regulamentação específica aplicável.

2 – Os serviços objeto do Contrato para o projeto compreendem as seguintes fases:

- a) Fase 1 – Anteprojeto [AP];
- b) Fase 2 – Projeto de Execução [PE];
- c) Fase 3 – Assistência Técnica [AT].

3 – Fase 1 – **Anteprojeto**: a elaboração desta fase deve dar cumprimento ao disposto na portaria acima referida, bem como a preparação dos documentos dos processos junto das entidades competentes e a respetiva submissão.

4 – A fase referida no número anterior só se considera concluída e passível de aprovação pelo Município do Entroncamento, após obtenção dos pareceres favoráveis e das autorizações por todas as entidades externas nos termos dos processos de licenciamento submetidos.

5 – Fase 2 – **Projeto de Execução**: a elaboração desta fase corresponde ao desenvolvimento do Anteprojeto aprovado na fase anterior pelo Município, devendo:

- a) Dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, incluindo a elaboração da proposta de programação e execução das principais tarefas e fases da empreitada;
- b) Ser constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável e deve integrar, para além do Projeto Geral de Arquitetura, todos os projetos das especialidades necessárias a uma correta execução, em obra, da proposta de solução aprovada na fase anterior pelo Município;
- c) Incluir um orçamento fundamentado que se enquadre no montante da proposta apresentada;
- d) Criar as condições para garantir os processos de certificação de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética;
- e) Criar as condições para que, no âmbito da empreitada, seja possível dar cumprimento às previsões do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, nomeadamente a utilização de, pelo menos, 10% de materiais reciclados (ou de materiais que incorporem materiais reciclados), relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra;
- f) Estar obrigado ao cumprimento dos Critérios Ecológicos da Resolução do Conselho de Ministros Nº 132/2023 (RCM).

6 – **Assistência Técnica**: os Projetistas têm a obrigação de garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra. As atividades relativas à assistência à obra são definidas pela Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e deve:

- a) Ser prestada durante a fase do procedimento de formação de contrato de empreitada e durante a execução da empreitada até à receção provisória da obra;

- b) Incluir a presença nas reuniões que o Município entender necessárias, as quais poderão ter lugar nas suas instalações, nas instalações dos serviços municipais, no local da obra ou nas instalações de outras entidades envolvidas;
- c) Incluir a produção de quaisquer peças, escritas ou desenhadas, necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas;
- d) Incluir uma visita por semana, dentro do prazo de execução previsto da empreitada, sem custos;
- e) Incluir a elaboração das Telas Finais a disponibilizar para efeitos da receção provisória.

Cláusula 17.^a

Modo de apresentação do projeto de execução

1 – O Projeto de Execução deverá ser apresentado em volumes individualizados por especialidades, contendo um índice geral dos volumes, e índice respetivo das peças escritas e das peças desenhadas.

2 – Nas folhas de texto e desenhos (normalizados DIN, dobrados com margem em formato A4) deverá ser feita a identificação do projeto, a fase de estudo, a especialidade, o tipo de texto (Memória Descritiva, Caderno de Encargos, etc.) e a paginação: A/X no texto e A/Especialidade nos desenhos.

3 – As peças escritas serão apresentadas com as dimensões, normalizadas DIN A4 (210mm x 297mm) com orientação vertical e, nos casos em que se justifique, em DIN A3 (297mm x 420mm) com orientação horizontal, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo .pdf, docx ou xlsx.

4 – As peças escritas não poderão ser manuscritas, deverão ter uma encadernação adequada e ter as páginas numeradas.

5 – As peças escritas e desenhadas devem ser todas identificadas com um código XXX.XX-00-XXX-XX-XXX-0 ou XXX.XX-00-XXXX-XX-XXX-0, em que:

- a) O primeiro grupo de cinco caracteres (separados por um ponto entre o terceiro e o quarto carater) corresponde ao código alfanumérico do projeto, a atribuir pelo Município;
- b) O segundo grupo de dois caracteres corresponde à eventual divisão do projeto, nos termos do referido nos números 7 e 14 da presente cláusula, sendo que, caso esta divisão não exista, deverá ser atribuído o código “00” a este grupo;

- c) O terceiro grupo de três ou quatro caracteres corresponde à especialidade, de acordo com o indicado no n.º 2 da Cláusula 15.^a;
- d) O quarto grupo de dois caracteres corresponde à fase, de acordo com o indicado no n.º 2 da Cláusula 16.^a, exceto no caso das telas finais, em que deverá ser utilizado o código “TF”;
- e) O quinto grupo de três caracteres corresponde ao número do desenho (no caso das peças desenhadas) a definir pelos projetistas, ou à identificação das peças escritas, de acordo com a seguinte regra:
 - i) “IND”, para os Índices;
 - ii) “MDJ”, para as Memórias Descritivas e Justificativas;
 - iii) “CDE”, para os Cadernos de Encargos;
 - iv) “MTQ”, para os Mapas de Trabalhos e Quantidades;
 - v) “MED”, para as Medições discriminadas;
 - vi) “ORC”, para o Orçamento;
- f) O sexto grupo de um algarismo corresponde ao número da versão do documento, sendo atribuído à peça original o número “0” e um número sequencial para cada sucessiva revisão.

6 – As peças desenhadas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN (A3, A2 e A1) de uma forma sistematizada e uniformizada a acordar com o Município, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo .pdf, .dwf. e .dwg.

7 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1 da presente cláusula, as peças relativas aos projetos da Fase 1 (Anteprojeto) e da Fase 2 (Projeto de Execução) deverão, quando aplicável, ser apresentadas em processos separados e independentes, correspondendo cada um dos volumes à construção a edificar.

8 – Os projetos de espaços exteriores deverão igualmente ser apresentados em processo separado e independente, sem prejuízo de vir a ser integrado num dos processos referidos no número anterior, mediante prévio acordo do Município.

9 – Na primeira entrega da Fase 2 (Projeto de Execução), para análise e revisão, deverão ser apresentados:

- a) 1 dispositivo USB de memória flash com a coleção completa da totalidade do projeto de execução em pastas individualizadas, contendo todos os ficheiros editáveis em

suporte informático correspondentes a textos, folhas de cálculo e desenho respetivamente em .docx, .xlsx e .dwf dos elementos do projeto da seguinte forma:

- i) A raiz do referido dispositivo USB deverá conter um ficheiro de nome “Índice Geral”. Em formato .pdf, com o índice geral dos projetos em forma de capítulos;
 - ii) Cada capítulo corresponde a uma pasta no referido dispositivo USB com o mesmo nome. O primeiro capítulo será destinado ao Projeto Geral (Arquitetura) e será dividido em dois subcapítulos – peças escritas e peças desenhadas, seguindo-se, nos restantes capítulos as restantes especialidades apresentadas;
 - iii) O último capítulo será destinado ao Mapa de Trabalhos com todos os projetos de especialidade e às Medições Discriminadas. Estes mapas serão apresentados, em conjunto, apenas neste capítulo, e nunca em separado nas peças escritas dos respetivos projetos, de forma a construir uma peça única com todos os trabalhos e respetivas quantidades a realizar na obra.
 - iv) O orçamento em ficheiro .xlsx independente.
- b) 1 coleção impressa completa da totalidade do projeto de execução, organizado em volumes individualizados conforme descrito na alínea anterior.

10 – Na entrega final da Fase 2 (Projeto de Execução), após revisão e correção nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, deverão ser apresentados:

- a) 1 dispositivo USB de memória flash com coleção completa da totalidade do projeto de execução em pastas individualizadas contendo todos os ficheiros editáveis em suporte informático correspondentes a textos, folhas de cálculo e desenhos respetivamente em .docx, .xlsx e .dwf dos elementos do projeto organizado conforme definido no número anterior, tendo em atenção que se pretende que esta coleção sirva de base para o lançamento do concurso de execução da obra e que deverão ser apresentados 3 ficheiros correspondentes aos respetivos mapas de todas as especialidades, na mesma ordem sequencial dos capítulos, designadamente:
 - i) Mapa de Trabalhos e Quantidades (em formato .pdf e .xlsx);
 - ii) Medições discriminadas (em formato .pdf e .xlsx).

11 – O dispositivo USB e as coleções referidas no número anterior não podem incluir qualquer estimativa orçamental, devendo esse documento ser entregue de forma independente em ficheiro .xlsx.

12 – Os documentos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços, serão devidamente subscritos pelos respectivos autores, incluindo as necessárias declarações de conformidade e termos de responsabilidade.

13 – A denominação dos ficheiros referidos nos números 3,9 e 10 da presente cláusula deve iniciar com respetivo código determinado de acordo com o disposto no n.º 5 da presente cláusula.

Cláusula 18.^a

Serviços complementares

1 – Não serão considerados trabalhos complementares a emissão de declarações de conformidade ou elaboração das telas finais para efeitos de conclusão do processo desde que não exista alteração substancial à proposta aprovada na fase de Projeto de Execução pelo Município.

Cláusula 19.^a

Apreciação e certificação de projeto

1 – Compete ao Empreiteiro instruir os processos de modo a obter, junto das entidades externas certificadas, a emissão de pareceres favoráveis que se revelem obrigatórios nos termos da legislação em vigor, bem como os necessários ao pleno cumprimento da prestação de serviços, nomeadamente os relacionados com a certificação de avaliação de sustentabilidade ambiental, instalações elétricas, instalações de gás, eficiência energética, entre outras.

2 – O dispositivo no número anterior não invalida que o Dono da Obra tenha de assegurar, na qualidade de entidade requerente, a subscrição dos formulários que o prestador submeta para esse efeito.

3 – Todas as taxas relativas à instrução dos processos junto das entidades licenciadoras e certificadoras são pagas pelo Empreiteiro.

4 – Os processos mencionados no n.º 1 da presente cláusula deverão ser submetidos à apreciação pelas entidades externas na Fase 2 referida no ponto n.º 5 da cláusula 16.^a.

Cláusula 20.^a

Reuniões de obra

1 – Na fase de realização da obra e no âmbito da assistência técnica ao projeto, o coordenador da equipa projetista participará, sempre que necessário e mediante convocatória prévia enviada, no mínimo, com 48 horas de antecedência, nas reuniões semanais de obra, e respetiva programação e coordenação, assim como nos contatos com consultores, fornecedores e empreiteiros.

2 – Nas reuniões referidas no número anterior participará, sempre que necessário e mediante convocatória prévia enviada, no mínimo, com 48 horas de antecedência, o Coordenador do Projeto e, quando se justifique, os projetistas das especialidades.

Cláusula 21.^a

Assistência técnica

1 – O Empreiteiro obriga-se a concluir a execução do serviço (Projeto), com todos os elementos referidos nas Cláusulas n.º 11.º a 16.º.

2 - Assistência Técnica (Fase 3), desde a fase do procedimento de formação do Contrato, até à Receção Provisória da Obra de acordo com a Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas, incluindo declarações de conformidade ou telas finais para efeitos de conclusão do processo de licenciamento.

Cláusula 22.^a

Responsabilidade por erros e omissões do projeto

1 – No caso de erros e omissões decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve o Município do Entroncamento ser indemnizado, conforme previsto nos números 6 e 7 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato

1 – No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à fase de Anteprojeto, o Município, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas 11.^a a 17.^a e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, independentemente à tramitação dos processos de obtenção de parecer.

2 - No prazo de 20 (vinte) dias a contar da entrega dos elementos referentes à fase de Projeto de Execução, o Dono da Obra, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas 11.^a a 17.^a e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, independentemente à tramitação dos processos de obtenção de parecer e certificação.

3 – Nas análises a que se referem os números anteriores, o Empreiteiro deve prestar ao Município toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4 – Casos as análises do Dono da Obra, a que se referem os números 1, 2 e 3 da presente cláusula, comprovem a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas 11.^a a 17.^a, deve ser promovida pelo Dono da Obra, a respetiva aprovação formal no prazo máximo de 10 (dez) dias, emitindo a respetiva declaração de aceitação.

5 – Casos as análises do Dono da Obra, a que se referem os números 1, 2 e 3 da presente cláusula, comprovem a existência de situações de não conformidade dos elementos entregues com as exigências legais ou programáticas, ou caso existam discrepâncias, com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas 11.^a a 17.^a, o Dono da Obra, deve de isso informar, por escrito, o Empreiteiro.

6 – No caso previsto no número anterior, o Empreiteiro deve proceder, à sua custa e no prazo de 5 (cinco) dias, se este não for superior ao prazo definido pelas entidades externas, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no âmbito do que foi contratado.

7 – Após a entrega das alterações e complementos necessários pelo Empreiteiro, o Dono da Obra procede a nova análise, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos referidos.

8 – As aprovações a que se refere o n.º 5 da presente cláusula não implica a aceitação, por parte do Dono da Obra, de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas 11.^a a 17.^a.

9 – Na eventualidade de alguma empreitada relativa ao objeto do Contrato não ser passível da adjudicação pelo facto de não existirem propostas no âmbito de concurso público

promovido pelo Dono da Obra, o empreiteiro é responsável por reformular o projeto num máximo de 10 (dez) dias, adequando-o ao referido regime.

Cláusula 24.^a

Transferência de propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 4 da cláusula anterior, ocorre para o Dono da Obra, a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato.

Cláusula 25.^a

Direito de autor

1 – É garantida a proteção do Direito de Autor e a divulgação, pelo Dono da Obra, dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos do disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85 de 14 de março, na redação atual, e nas demais legislações aplicáveis.

2 – O Empreiteiro garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos não violam direitos de autor de terceiros ou qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 26.^a

Informação e sigilo

1 – O Empreiteiro e a entidade adjudicante devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Empreiteiro ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA-EDIFICAÇÃO

Cláusula 27.^a

Projeto na fase de execução do contrato

1 – O Empreiteiro é responsável por todos os encargos relativos à concretização dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicatária, designadamente os relacionados com a elaboração de estudos e projetos ou com o cumprimento de eventuais condições impostas pelas entidades competentes que devam pronunciar-se sobre tais trabalhos.

2 – Os projetos devem ser elaborados e organizados de acordo com as orientações constantes do **Anexo 1** do presente processo de empreitada.

3 – Os projetos aprovados não podem ser modificados ou alterados sem a aprovação do Dono da Obra e sem que as modificações ou alterações tenham sido submetidas a nova apreciação e aprovação deste.

4 – O Empreiteiro deve manter um arquivo técnico de toda a documentação técnica ligada aos projetos e à construção e deve proceder à realização de cópias de segurança dos registos informáticos, as quais devem ser guardadas em outro local que não as instalações por ele ocupadas durante a obra.

Cláusula 28.^a

Preparação e planeamento de execução da empreitada

1 – O Empreiteiro é responsável:

- a) Perante o Dono de Obra, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, seja qual for o agente executor, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde (PSS) e no Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), por si desenvolvidos e que acompanham o seu Projeto de Execução;
- b) Perante a Fiscalização, pela apresentação, no final de cada mês, de um Plano de Situação ou de seguimento do Plano de Trabalhos aprovado, no qual se identifiquem as seguintes datas:

- i) Início das atividades começadas no período;

- ii) Fim das atividades concluídas no período;
- iii) Percentagem do trabalho realizado nas atividades em curso;
- c) Perante a Fiscalização e o Coordenador de Segurança em Obra, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento Plano de Segurança e Saúde (PSS);
- d) Na execução do Contrato, cumprir e fazer cumprir todas as normas de direito ambiental destinadas à proteção do ar, água, solos, flora e fauna e normas de higiene, segurança e convenções e tratados internacionais aplicáveis, da legislação comunitária e respetiva legislação nacional que a transpõe.

2 – Ficarão a cargo do Empreiteiro a preparação dos procedimentos relativos aos pedidos e à obtenção das licenças respetivas junto das entidades intervenientes (operadores de serviços públicos, Direção Regional de Educação e outros).

3 – O Empreiteiro será responsável pela execução de todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e meios de telecomunicações, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias, que sejam indispensáveis alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
- e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações, e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra ou que, fora destes casos, o conhecimento da sua

- existência possa ser obtido junto das entidades em jurisdição sobre eles (Câmara ou Serviços Municipais, operador com ocupação de subsolo, etc.);
- f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para locais especificamente indicados neste Caderno de Encargos, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza, cumprindo integralmente a legislação em vigor;
 - g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
 - h) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstas no projeto ou sejam previsíveis pelo Empreiteiro quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos quer de águas de condutas, de valas, de ribeiras ou outras devendo cumprir integralmente a legislação ambiental em vigor;
 - i) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança e ambiente dos mesmos locais.

Cláusula 29.^a

Prazos das atividades de preparação e planeamento da execução da empreitada

1 – A preparação e o planeamento da conceção-construção compreendem ainda os atos previstos na presente cláusula, que deverão realizar-se após a data de assinatura do Contrato, em conformidade com os prazos parciais indicados na cláusula 8.^a, e dentro dos limites estabelecidos no CCP:

- a) A apresentação pelo Empreiteiro da versão completa do Projeto de Execução dos diferentes Blocos – Aulas e Área social (a construir de novo e a reabilitar), incluindo peças escritas e desenhadas de pormenor para as várias especialidades que, nos termos da cláusula 11.^a do presente Caderno de Encargos, lhe competir elaborar – 40 (quarenta) dias a partir da data de notificação da aprovação da primeira fase do Projeto de Execução;
- b) A pronúncia do Dono da Obra sobre o documento referido na alínea anterior – 15 (quinze) dias após a data de apresentação de todos os elementos que o constituem;
- c) A elaboração de documento do Plano de Segurança e Saúde da fase de Obra, nos moldes indicados na cláusula 74.^a – 5 (cinco) dias a partir da data da aprovação do Projeto de Execução;
- d) A pronúncia e validação técnica pelo Coordenador de Segurança em Obra do Documento referido na alínea c) da presente cláusula – 3 (três) dias a contar da data de entrega dos elementos da alínea c);

- e) A aprovação, por escrito, pelo Dono de Obra do documento referido na alínea c) da presente cláusula – 5 (cinco) dias a contar da data da validação técnica prevista na alínea anterior;
- f) Apresentação do Plano de Trabalhos Ajustado e respetivo Plano de Pagamentos – 5 (cinco) dias a partir da data da notificação do Plano Final de Consignação;

Cláusula 30.^a

Condicionamentos à preparação

1 – O Empreiteiro terá em consideração condicionamentos, instruções ou indicações que eventualmente venham a ser definidas pelas autoridades competentes no que se relaciona à área da sua jurisdição, e que estejam incluídos na área da obra.

2 – Antes do início dos trabalhos o Empreiteiro deverá:

- a) Informar na Câmara Municipal, nos operadores de serviços e nas entidades que o Município indique, da existência dos diversos tipos de infraestruturas na área dos trabalhos, por forma a compatibilizar os planos de execução dos trabalhos que deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização;
- b) Acordar com o Dono da Obra:
 - . A localização e a área do estaleiro;
 - . O controlo do tráfego no local dos trabalhos.
- c) Cumprir o disposto no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro e suas alterações e retificações;
- d) Submeter à aprovação do Dono de Obra o projeto ou estudo do estaleiro e das instalações provisórias;
- e) Definir as eventuais manchas de empréstimo, que em qualquer situação, serão da sua única e exclusiva responsabilidade, devendo para tal requerer autorização;
- f) Informar-se sobre os feriados municipais, festividades e outros eventos públicos que exijam alterações ao planeamento da obra.

Cláusula 31.^a

Plano de trabalhos

1 – O plano de trabalhos destina-se, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executá-los, bem como à definição do correspondente plano de pagamentos.

2 – O plano de trabalhos compreende as prestações de concepção, designadamente do projeto de execução/reabilitação e demais processos sob responsabilidade do empreiteiro.

3 – A metodologia para a elaboração do Plano de Trabalhos e do Plano de Pagamentos passa pela elaboração de um diagrama de barras relativo à execução dos trabalhos, suportado por uma rede lógica, em formato “Microsoft Project” ou similar, no qual se identifique a duração, o princípio e o fim de cada uma das atividades e o seu valor, tomando em consideração:

- a) As datas da assinatura do Contrato e de Consignação;
- b) Levantamento topográfico;
- c) Ensaios geotécnicos;
- d) Os prazos de elaboração do Projeto de Execução, bem como de todas as suas peças escritas e desenhadas;
- e) Elaboração do Plano de Segurança e Saúde;
- f) A data de aprovação do Plano de Segurança e Saúde;
- g) As atividades de montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro;
- h) As atividades de construção civil, discriminadas, no mínimo, por movimentos de terras, fundações e estruturas, serralharias/carpintarias e acabamentos, desdobrados por órgão e edifício;
- i) As atividades de execução de arranjos exteriores e tratamento paisagístico;
- j) As atividades de execução das vias de acesso;
- k) A data de apresentação das Telas Finais;
- l) As datas de Receção Provisória e Receção Definitiva;
- m) A data do “Termo do Contrato”;
- n) A semana e o mês como unidade de tempo, respetivamente, para o Plano de Trabalhos e para o Plano de Pagamentos;
- o) Considerando, igualmente, os prazos vinculativos estabelecidos na cláusula 7.^a.

4 – Na elaboração do Plano de Trabalhos, Plano de mão-de-obra e Equipamento, o Empreiteiro evidenciará o número de turnos e dias por semana que facultará à empreitada para o cumprimento do prazo total e respetivos prazos vinculativos. Caso o Empreiteiro opte por este cenário, será da sua responsabilidade a obtenção de todos os licenciamentos necessários para esse efeito.

5 – O Plano de Pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo Empreiteiro, discriminando por atividade prevista no

Plano de Trabalhos e na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo Dono de Obra.

6 – Na elaboração do Plano de Pagamentos, quando numa empreitada estiver prevista a utilização de mais de uma fórmula de revisão de preços, o Empreiteiro deverá apresentar esse plano subdividido pelos correspondentes valores mensais aos quais se aplica cada uma das fórmulas prevista.

7 – Sempre que tal se revele necessário, o Empreiteiro deve apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º e 361.º-A do CCP, o Plano de Trabalhos Ajustado e o respetivo Plano de Pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia e disposições definidas no ponto 1 a 3 desta cláusula do presente Caderno de Encargos.

8 – Os ajustamentos ao Plano de Trabalhos constantes do contrato, referidos no número anterior, não podem implicar a alteração do Preço Contratual, nem a alteração do prazo de execução da empreitada, nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no Plano de Trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do Plano de Trabalhos ao Plano Final de Consignação, sem prejuízo do disposto na cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos.

9 – O Plano de Trabalhos Ajustado deve, nomeadamente:

- a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se consideram vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessários, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada, contendo a sua repartição por frentes de trabalho e indicação dos rendimentos a obter em cada frente, com base nos rendimentos médios dessas máquinas e equipamentos;
- d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente Caderno de Encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

10 – O Plano de Trabalhos Ajustados carece de aprovação pelo Dono de Obra, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação do mesmo pelo Empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.

11 – O procedimento de ajustamento do Plano de Trabalhos deve ser concluído antes da data de conclusão da Consignação Total ou da primeira Consignação Parcial.

12 – No caso de se encontrarem previstas Consignações Parciais, o Plano de Trabalhos deverá especificar os prazos dentro dos quais elas terão de se realizar, para não se verificarem interrupções ou abrandamentos no ritmo de execução da empreitada.

13 – O Dono de Obra não pode proceder à aceitação parcial do Plano de Trabalhos.

14 – O empreiteiro informa mensalmente o Diretor de Fiscalização da Obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

15 – Quando os desvios assinalados pelo Empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o Diretor de Fiscalização da Obra notifica-o dos que considera existirem.

16 – No caso de o Empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da Obra dentro do prazo contratual, ficará sujeito ao disposto no artigo 404.º do CCP.

17 – Em caso de desvio do Plano de Trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da Obra ou dos respetivos prazos parciais vinculativos, o Dono da Obra pode notificar o Empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um Plano de Trabalhos Modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

18 – O Dono de Obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo Empreiteiro, ao abrigo do ponto anterior, no prazo de 10 (dez) dias. Equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

19 – Realizada a notificação prevista no ponto 17 da presente cláusula, se o Empreiteiro não apresentar um Plano de Trabalhos Modificado em moldes considerados adequados pelo Dono de Obra, este pode elaborar novo Plano de Trabalhos, acompanhado de uma memória justificativa da sua viabilidade, devendo promovê-lo ao Empreiteiro.

20 – Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, o Empreiteiro é responsável perante o Dono de Obra ou perante terceiros pelos danos decorrentes do desvio injustificado do Plano de Trabalhos, quer no que respeita ao conteúdo da respetiva prestação quer no que respeita ao prazo de execução da Obra e prazos parciais vinculativos.

21 – Sempre que o Plano de Trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do Plano de Pagamentos.

Cláusula 32.^a

Edificação

1 – A execução de trabalhos preparatórios tais como a instalação de estaleiro, montagem de andaimes, colocação de sinalização de segurança, limpeza de terrenos, modelação de terrenos, demolições e remoção de entulhos poderá ter início antes da aprovação dos projetos de execução das obras de edificação, sem prejuízo das prévias autorizações exigíveis em cada caso.

2 – A execução das obras é da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, que as deverá realizar de forma a adaptar os Imóveis ao fim a que se destinam, de acordo com os projetos e prazos previamente aprovados pelo Dono da Obra.

3 – A execução das obras inclui a realização dos respetivos trabalhos e a aquisição e instalação dos equipamentos e materiais, em conformidade com o disposto no **Anexo 1** do presente processo de empreitada

4 – As obras serão executadas com emprego de materiais de boa qualidade e que sejam tecnicamente os mais aconselháveis ou convenientes segundo as regras da arte, com as disposições legais e regulamentares em vigor e de acordo com o mapa de acabamentos e com os projetos aprovados.

5 – Durante a execução, o Adjudicatário deverá apresentar no mínimo uma amostra dos materiais a aplicar, com a antecedência necessária, para não haver interferência no desenvolvimento dos trabalhos, sendo que o Município ou o seu representante necessita de 5 dias para aprovar os materiais.

6 – O atraso no início ou na conclusão das obras imputável ao Adjudicatário confere ao Município o direito de aplicar sanções pecuniárias, sem prejuízo do direito do Adjudicatário de resolver o Contrato.

Cláusula 33.^a

Conclusão das obras

1 – As obras de construção dos imóveis abrangidos pelo Contrato devem ser concluídas dentro do prazo contratual, de acordo com a proposta adjudicada, não podendo o mesmo em qualquer caso ser superior ao definido na Cláusula 7.^a.

2 – A pedido do Adjudicatário ou por iniciativa do Dono da Obra, o disposto no número anterior não prejudica a faculdade de se estabelecer uma alteração à execução faseada das obras se nisso tiver interesse o Dono da Obra e segundo os prazos determinados por este.

3 – Constatando-se que as obras não se encontram concluídas e/ou não estão executadas em conformidade com o projeto e demais disposições aplicáveis, o Dono da Obra regista essa conclusão no auto, especificando as razões que a fundamentam.

4 – O Adjudicatário pode deduzir reclamações relativamente a qualquer facto ou circunstância consignada no auto mencionado no número anterior, exarando-se nele ou apresentando-as por escrito nos 15 dias subsequentes, contados de forma contínua.

5 – O Dono da Obra pronuncia-se sobre a reclamação no prazo de 15 dias contados de forma contínua, a menos que necessite de prazo adicional, caso em que o deverá comunicar ao Empreiteiro até ao final daquele prazo.

6 – Concluídos os trabalhos de retificação e ou correção de deficiências ou de obras não concluídas, o Empreiteiro deve comunicar esse facto ao Dono da Obra no prazo previsto no n.º 3 da presente Cláusula, repetindo-se o procedimento referido nos números anteriores.

Cláusula 34.^a

Outras obrigações

1 – O Empreiteiro obriga-se a executar todos os trabalhos constantes do seu Projeto de Execução, competindo-lhe, ainda, efetuar, sem direito a qualquer pagamento suplementar, CADERNO DE ENCARGOS

Página 29 de 112

os trabalhos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução.

2 – Salienta-se ainda que o Empreiteiro:

- a) É inteiramente responsável pela pesquisa da localização de infraestruturas e/ou obstáculos no subsolo onde se vão desenvolver os seus trabalhos;
- b) Deverá evitar dano, ou suspensão do funcionamento, nas infraestruturas que encontrar durante a execução dos trabalhos e deverá assegurar sempre a proteção e o funcionamento de tais infraestruturas;
- c) É inteiramente responsável pelos danos causados nas infraestruturas existentes, sendo seu encargo exclusivo os custos dos desvios necessários e das reparações, substituições ou interrupções correspondentes;
- d) Não pode proceder a desenraizamentos e ao arranque de árvores e arbustos sem a autorização da fiscalização;
- e) É inteiramente responsável pela eventual abertura de poços para identificar, previamente, a localização exata de infraestruturas existentes, nomeadamente nos pontos onde vão ser estabelecidas as ligações e/ou cruzamentos com novas infraestruturas;
- f) Deverá com a devida antecedência, definir os locais onde efetivamente serão localizadas as câmaras de visita, câmaras de acessórios, etc., e os traçados dos ramais de descarga a instalar;
- g) Não terá direito a qualquer pagamento adicional ou trabalhos complementares quando ocorram dificuldades no decurso das escavações que se prendam com a natureza dos solos (entivações, condições de segurança, minas de água, etc.) e/ou com as condições de trabalho a enfrentar (tráfego, condicionamentos provocados por outras entidades).

3 – Correrão por conta do Empreiteiro, os seguintes custos e responsabilidades:

- a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Empreiteiro, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência da conceção da obra, do modo de execução dos trabalhos, da atuação do pessoal do prestador de serviços ou dos seus subempreiteiros, fornecedores e tarefeiros e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
- b) As indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada;

- c) O que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
- d) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
- e) As medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos aos usuários (alunos, professores e funcionários), quando os trabalhos forem executados nas proximidades dos blocos em aulas;
- f) As licenças necessárias à execução da empreitada;
- g) As indenizações devidas a terceiros por prejuízos resultantes de rebentamentos de explosivos ou vibração de equipamento utilizados na execução dos trabalhos;
- h) A manutenção e reparação de todas as vias de comunicação públicas ou privadas que hajam sido comprovadamente afetadas em consequência dos trabalhos de construção das obras ou da circulação de máquinas ou dos veículos com transportes de materiais para fornecimentos da obra, incluindo subempreiteiros ou fornecedores da mesma;
- i) As operações de limpeza final da obra, bem como as de limpezas de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego da obra durante a execução dos trabalhos;
- j) Desvios de trânsito, sinalização e policiamento, de acordo com a legislação em vigor e com as normas técnicas das entidades concessionárias/responsáveis;
- k) Custos por ocupação de locais de estacionamento;
- l) Os custos decorrentes da implementação do Plano de Segurança e Saúde (PSS) e do Plano de Gestão Ambiental (PGA);
- m) Sempre que aplicável, a instrução dos processos de licenciamento de combustíveis e de reservatórios sob pressão, de sistemas de elevação de carga, de utilização de origens de água, etc.

CAPÍTULO V

REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO

Cláusula 35.^a

Execução do contrato

1 – Durante a execução do Contrato, o Empreiteiro é representado por um Diretor de Obra, designadamente nas reuniões e comunicações com o Dono da Obra e com o Diretor de Fiscalização da Obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 – O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo Dono de Obra, a confiar a direção da obra a engenheiro com a qualificação legalmente definida.

3 – Para efeitos da celebração do Contrato, o Empreiteiro designará, por escrito, o nome do Diretor de Obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade, de acordo com a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

4 – O Diretor de Obra fica obrigado ao cumprimento dos deveres definidos no artigo 14.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

5 – As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao Diretor de Obra.

6 – O Diretor de Obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

7 – O Dono de Obra poderá impor a substituição do Diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do Diretor de Obra.

8 – Na ausência ou impedimento do Diretor de Obra, o Empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Diretor de Fiscalização da Obra, pela marcha dos trabalhos.

9 – O Empreiteiro entregará ao Diretor da Fiscalização da Obra um documento escrito indicando o nome, a qualificação, as atribuições e a respetiva posição no organograma da equipa da empreitada de todos os técnicos que intervenham na execução dos trabalhos, e

que, nominalmente constaram da lista nominativa da equipa técnica que submeteu aquando da aprovação da minuta do Contrato.

10 – O Diretor de Obra será obrigatoriamente coadjuvado nas várias especialidades envolvidas, em permanência, pelos outros técnicos designados na lista nominativa da equipa técnica apresentada aquando da aceitação da minuta do contrato pelo Empreiteiro, que respondam diretamente e com conhecimento da causa por todas as questões pertinentes que se relacionem com as suas respetivas especialidades.

11 – O Empreiteiro deve recorrer a técnicos com as qualificações suficientes para a condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades enquadráveis na mesma, nos termos do anexo IV à Lei n.º 31/2009, de 3 julho, na sua atual redação.

12 – O Empreiteiro obriga-se a ter em cada frente de trabalho, permanentemente, um responsável de frente, com a qualificação exigida na lei e no presente Caderno de Encargos, o qual deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam pedidos e apto a receber todas as instruções do Diretor de Obra.

Cláusula 36.^a

Coordenador e autores do projeto

1 – O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo Dono de Obra, a confiar a coordenação do projeto a um técnico com a qualificação legalmente definida.

2 – Decorrendo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, o Coordenador de Projeto fica individualmente sujeito aos deveres previstos no artigo 9.º da referida Lei.

3 – O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo Dono de Obra, a confiar a autoria do projeto da especialidade de estabilidade, águas e esgotos a engenheiro ou engenheiro técnico com a Qualificação definida na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, para obras de estabilidade, sistemas de águas e esgotos, conforme classificação das obras por categorias constante do Anexo II da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

4 – O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo Dono de Obra, a confiar a autoria do projeto da especialidade de eletricidade a engenheiro ou engenheiro técnico com

a Qualificação definida na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, para obras de sistemas elétricos, conforme classificação das obras por categorias constante do Anexo II da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

5 – Decorrendo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, os Autores de Projeto do Empreiteiro ficam individualmente sujeitos aos deveres previstos no artigo n.º 12 da referida lei.

Cláusula 37.^a

Responsável de higiene, segurança e saúde no trabalho

1 – O Empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento Plano de Segurança e Saúde (PSS),

2 – O Responsável da Higiene, segurança e saúde no Trabalho deverá ter uma afetação mínima de 100% (cem por cento) durante o período de execução da “Obra” até “Receção Provisória”.

Cláusula 38.^a

Responsável pela gestão ambiental

1 – O Empreiteiro deve designar um responsável pela gestão ambiental da obra e pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição (PPGRCD).

2 – O responsável pela Gestão Ambiental deverá ter uma afetação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) durante o período de execução da “Obra” até “Receção Provisória”.

Cláusula 39.^a

Responsável pela gestão da qualidade

1 – O Empreiteiro deve designar um responsável pela gestão da qualidade da empreitada.

2 – O responsável pela Gestão da Qualidade deverá ter uma afetação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) durante o período de execução da “Obra” até “Receção Provisória”.

CAPÍTULO VI

REPRESENTAÇÃO DO DONO DE OBRA

Cláusula 40.^a

Representação do dono de obra

1 – Durante a execução, o Dono de Obra é representado por um Diretor de Fiscalização da Obra, para os assuntos e com as responsabilidades previstas na legislação aplicável, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 – O Dono de Obra será ainda representado pelo técnico dos seus serviços designados para Gestor do Contrato, que acompanhará permanentemente a execução do contrato.

3 – O Dono de Obra notifica o Empreiteiro da identidade do gestor do Contrato e do Diretor de Fiscalização da Obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos.

4 – O Diretor de Fiscalização da Obra tem poderes de representação do Dono da Obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

5 – A obra e o Empreiteiro ficam também sujeitos à fiscalização que, nos termos da lei, incumbia a outras entidades.

6 – As determinações e instruções do Diretor da Fiscalização da Obra serão obrigatoriamente confirmadas por escrito.

7 – O Diretor de Fiscalização da Obra, mediante a autorização do Dono de Obra, terá autoridade para suspender os trabalhos, total ou parcialmente, quando houver incumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou das disposições do Contrato.

8 – A presença ou ausência de elementos da fiscalização não poderá ser invocada para ilibar o Empreiteiro das obrigações inerentes à empreitada.

9 – A falta de exercício, em devido tempo, por parte do Diretor de Fiscalização da Obra, do direito de notificação, por uma ou mais faltas, cometidas pelo Empreiteiro, em caso algum constituirá precedente que limite o exercício dos direitos sobre futuras faltas semelhantes.

Cláusula 41.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

1 – As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

2 – Cada uma das partes deve informar sem demora a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

3 – Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

4 – No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

CAPÍTULO VII

CONSIGNAÇÃO

Cláusula 42.^a

Plano final de consignação

1 – No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da celebração do Contrato, o Dono de Obra comunica ao Empreiteiro um Plano Final de Consignação que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

Cláusula 43.^a

Consignação total e parcial

1 – O Dono de Obra só pode proceder a consignações parciais nos seguintes casos:

- a) Quando, antes da celebração do Contrato, não esteja na posse administrativa da totalidade dos prédios necessários à execução da obra;
- b) Quando o período necessário às operações preparatórias da consignação total sob responsabilidade do Dono de Obra impossibilite o início da execução dos trabalhos no momento projetado por este e o respetivo adiamento cause grave prejuízo para o interesse público;

c) Nos casos previstos na cláusula 40.^a.

Cláusula 44.^a

Prazo e auto de consignação

1 – A Consignação deve ser concluída em prazo não superior a 60 (sessenta) dias após a data da celebração do contrato, no caso de Consignação Total ou da primeira Consignação Parcial, ou logo que o Dono de Obra tenha acesso aos prédios, com a faculdade de os entregar a terceiros, no caso das demais Consignações Parciais.

2 – A Consignação é formalizada em auto e, em caso da Consignações Parciais, a cada uma deve corresponder um auto autónomo.

3 – Caso o Empreiteiro não compareça no local, na data e na hora que o Dono de Obra comunicar para efeitos de assinatura do Auto de Consignação, é notificado para comparecer em outra data e hora, com indicação do local, sem prejuízo de o Dono de Obra poder resolver o contrato, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 405.º do CCP.

Cláusula 45.^a

Modificação das condições locais e suspensão do procedimento de consignação

1 – Quando se verifique uma modificação relevante das condições locais existentes por comparação com os dados fornecidos pelo Dono de Obra que serviram de base à elaboração do Projeto, o qual determine a necessidade de um projeto de alteração, o prazo referido no ponto 1 da cláusula 43.^a do presente Caderno de Encargos é suspenso, salvo se for possível a realização de consignações parciais quanto às zonas da obra afetadas pelo projeto de alteração, que, nesse caso, devem respeitar os prazos ali estabelecidos.

2 – A contagem do prazo referido no ponto 1 da cláusula 43.^a do Presente Caderno de Encargos só é retomada depois de terem sido aprovadas pelo Dono de Obra as alterações introduzidas pelo Empreiteiro no seu Projeto, num prazo máximo de 15 (quinze) dias após a receção dessas alterações ao Projeto.

3 – Sem prejuízo do direito de resolução previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, a suspensão de prazo prevista no ponto 1 da presente cláusula do Caderno de Encargos implica a suspensão do prazo previsto na alínea a) do artigo 406.º do CCP.

CAPÍTULO VIII

OBRIGAÇÕES DO DONO DE OBRA

Cláusula 46.^a

Gestão do contrato

1 – O Dono da Obra, designará um Gestor do Contrato, para os efeitos e com as atribuições estatuídas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o Município e o Adjudicatário, no âmbito da execução do Contrato.

Cláusula 47.^a

Responsabilidades do Dono da Obra

1 – O Dono da Obra, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.

2 – O Dono da Obra, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir as suas obrigações de acordo com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, na sua atual redação, com exceção da elaboração, em fase de projeto, do Plano de Segurança e Saúde cuja responsabilidade é atribuída ao empreiteiro.

3 – São responsabilidade do Dono da Obra, todos os encargos com taxas, incluindo as referidas no n.º 3 da Cláusula 19.^a, sem prejuízo da forma de pagamento prevista nesse número.

Cláusula 48.^a

Elementos a fornecer pelo Dono da Obra

1 – O Dono da Obra, se necessário, fornecerá todas as informações com relevância para a elaboração dos projetos.

2 – O Dono da Obra fornecerá a caracterização geológica e geotécnica da área do projeto.

3 – O Dono da Obra fornecerá um novo levantamento topográfico da área de projeto, devidamente retificado, no caso se detete erros ou omissões no levantamento inicialmente fornecido pelo Município, e desse facto lhe der conhecimento por escrito.

4 – O Dono da Obra proporcionará, sempre que possível, apoio ao Empreiteiro, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

Cláusula 49.^a

Pagamento do preço contratual

1 – Pelo objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Dono da Obra pagará ao Adjudicatário o valor correspondente ao preço base constante da Cláusula 5.^a, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Dono da Obra, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos.

3 – O valor a que se refere o n.º 1 da presente cláusula é dividido pelas diferentes fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:

- FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO

a) Do valor adjudicado a que corresponde a alínea a), do n.º 2, da cláusula 5.^a, é efetuado o pagamento de:

- a. 30% relativo ao **Anteprojeto**;
- b. 60% relativo ao **Projeto de Execução**;
- c. 10% relativo à **Assistência Técnica**.

b) Do valor adjudicado a que corresponde a alínea b), do n.º 2, da cláusula 5.^a, é efetuado o pagamento após entrega dos documentos comprovativos da revisão do projeto da arquitetura e de todas as especialidades.

. FASE DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO

a) Do valor adjudicado a que corresponde a alínea c), do n.º 2, da cláusula 5.^a, o pagamento será feito mensalmente, conforme apresentação dos autos de medição e respetiva aprovação pela fiscalização e ratificação pelo Dono da Obra, de acordo com o cronograma de trabalhos apresentado na fase de projeto.

Cláusula 50.^a

Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Dono da Obra, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Dono da Obra das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Em caso de discordância por parte do Dono da Obra, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Empreiteiro, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1 da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária para a conta com o IBAN indicado pelo prestador de serviços e constante do Contrato.

CAPÍTULO IX

ESTALEIRO E OUTRAS INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Cláusula 51.^a

Disposições gerais

1 – Constitui obrigação e encargo do Empreiteiro a dotação das instalações e do estaleiro com todos os meios, humanos, materiais e financeiros, necessários ao normal funcionamento do mesmo, de modo a assegurar a gestão, o enquadramento, o apoio e a direção da obra.

2 – O Estaleiro e as instalações provisórias deverão ser organizados de modo a obedecer ao que se encontra prescrito nos vários documentos contratuais por que se rege a empreitada e no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, na sua atual redação, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis), devendo o respetivo estudo ou projeto ser previamente apresentado à Fiscalização e ao Coordenador de Segurança em Obra e deve ser tecnicamente validado por este último a aprovado pelo Dono da Obra.

3 – Todos os encargos e meios afetos ao funcionamento e manutenção do estaleiro, nomeadamente os que a seguir se referem, deverão ser objeto de uma quantificação na respetiva lista de preços unitários:

- a) Instalações provisórias e/ou definitivas, fixas e/ou móveis, para escritórios, oficinas, armazéns, ferramentas, estacionamento de viaturas, refeitórios, cozinha, Fiscalização, etc., de acordo com o definido no presente grupo de cláusula;
- b) Infraestruturas e respetivos componentes de equipamento e acessórios (eletricidade, águas, esgotos, comunicações, climatização, informática, acessos, serventias, abastecimento de combustíveis, segurança, sinalização, etc.) de apoio e necessárias ao regular funcionamento do estaleiro, de acordo com o definido no presente grupo de cláusulas;
- c) Mobiliário, equipamento de escritório e consumíveis;
- d) Equipamentos informáticos e respetivos consumíveis;
- e) Equipamento de comunicações e respetivos consumíveis;
- f) Iluminação do recinto do estaleiro e controlo de acesso ao mesmo;
- g) Equipamentos (pesados e ligeiros) e ferramentas (manuais e elétricas);
- h) Equipamentos de proteção individual e coletiva;
- i) Meios humanos (técnicos superiores ligados à gestão, preparação, apoio e direção de obra, técnicos intermédios de apoio, enquadramento e chefia, pessoal administrativo e secretariado, operários qualificados e indiferenciados, etc.);
- j) Apoio de estrutura empresarial do Empreiteiro e respetiva remuneração;
- k) Instalações provisórias para armazenamento/acondicionamento de resíduos e produtos químicos, de acordo com o estabelecido no PGA.

4 – A identificação pública bem como os sinais a colocar no estaleiro da obra devem respeitar a legislação em vigor. As entidades fiscalizadoras podem ordenar a colocação dos sinais ou avisos em falta e a substituição ou retirada dos que não se encontrem conformes.

5 – A seleção dos locais para implantação do estaleiro, é da iniciativa e responsabilidade do Empreiteiro, que a submeterá à aprovação do Dono de Obra.

6 – O Empreiteiro não poderá, sem autorização do Dono de Obra, realizar qualquer trabalho que modifique as instalações que tenham sido cedidas pelo Dono de Obra e, se tal lhe for expressamente exigido neste Caderno de Encargos, será obrigado a repô-las nas condições iniciais uma vez concluída a execução da empreitada.

7 – O Empreiteiro deverá estabelecer, por sua conta, uma vedação do estaleiro e da obra, destinada a impedir o acesso de estranhos.

8 – Quando o Diretor de Fiscalização da Obra o determinar, o Empreiteiro, sob seu encargo, deverá garantir um serviço de vigilância que impeça a entrada de estranhos, quer de dia, quer de noite, e a danificação dos trabalhos ou a remoção de materiais, mesmo os provenientes de demolições.

9 – No final dos trabalhos a vedação provisória será removida a expensas do Empreiteiro, salvo se for prevista a sua manutenção até á conclusão de eventuais trabalhos complementares.

10 – O Empreiteiro deverá construir e manter em bom estado de utilização os acessos provisórios ao estaleiro e aos locais de trabalho, garantindo a segurança de pessoas e salvaguardando danos ou transtornos às populações e edificações vizinhas.

11 – O Empreiteiro deverá tomar os cuidados necessários para que os materiais e elementos de construção bem como os equipamentos sejam devidamente acondicionados e protegidos contra as intempéries, humidades do solo ou outras ações externas, sujeitando-se, caso contrário, a que os mesmos sejam rejeitados. Se entender deverá construir edifícios fechados e destinados a armazéns, sendo o respetivo custo de sua inteira responsabilidade. No caso do armazenamento de produtos químicos ou resíduos, este deverá ser um local coberto, arejado, impermeabilizado e com dispositivos de segurança ambiental, sendo que os materiais devem ser armazenados de acordo com as suas compatibilidades químicas.

12- O Empreiteiro deverá garantir, dentro dos limites da obra, instalações sanitárias adequadas destinadas ao pessoal, mantidas em boas condições de serviço e higiene, devendo as mesmas ser abastecidas de água e servidas de esgoto satisfazendo os regulamentos em vigor.

13 – Em todas as instalações, locais de trabalho e acessos, devem ser instalados dispositivos de iluminação adequados ao tipo de utilização.

14- O Empreiteiro é responsável pela execução e instalação de painéis publicitários assim como da sinalização necessária à circulação de pessoas e viaturas impostas pela Fiscalização ou pelas entidades envolvidas e com jurisdição no local.

15 – Todos os painéis e sinalização atrás referidos deverão ser removidos e transportados pelo Empreiteiro no fim da obra, correndo por sua conta os respectivos encargos. Excetuam-se a este caso, os painéis publicitários a que se referem as normas impostas pela União Europeia, previstos na cláusula 56.^a.

Cláusula 52.^a

Instalações para a fiscalização

1 – Montagem das instalações:

- a) No estaleiro principal ou em local apropriado e aprovado pelo Dono de Obra e Fiscalização serão construídas/montadas instalações para a Fiscalização;
- b) As instalações deverão dispor, no mínimo, de três gabinetes com área unitária aproximada de 9 (nove) m², assim como uma sala de reuniões com uma área mínima de 18 (dezoito) m². As instalações deverão dispor de meios de climatização e iluminação adequados, circuitos de tomadas para eletricidade e informática e equipamento informático incluindo impressora e respectivos consumíveis. A ligação da rede informática da Fiscalização ao exterior (Internet) deverá ser de banda larga com *wireless*.
- c) As instalações deverão dispor de sanitários femininos e masculinos, equipados com lavatório, sanita e chuveiro abastecido de água, fria e quente e servidos de esgoto satisfazendo em tudo os regulamentos em vigor;
- d) Todos os gabinetes serão equipados com secretárias, cadeiras e estantes. A sala de reuniões deverá dispor de uma mesa para 10 (dez) lugares e ser equipada com pelo menos 10 (dez) cadeiras;
- e) Além das redes de abastecimento de água, saneamento, águas pluviais, eletricidade e internet, haverá uma rede de iluminação exterior montada e pronta a funcionar;
- f) O Empreiteiro deverá ainda pôr à disposição do Dono de Obra e manter em bom estado de conservação e limpeza, 5 (cinco) conjuntos completos do equipamento individual de proteção, destinado às restantes entidades intervenientes bem como a visitas oficiais ou não, que venham a ocorrer no decurso da obra. Este equipamento reverterá para o Dono de obra no final do Contrato;
- g) Compete ao Empreiteiro a manutenção, conservação, limpeza de todas as instalações, reparação e substituição de todo o equipamento e infraestruturas que se danifiquem ou avariem;
- h) Compete ao Empreiteiro transportar e remover para fora do local da Obra e para locais apropriados e autorizados para o efeito todos os resíduos provenientes das limpezas e manutenção;

- i) Compete ao Empreiteiro a desmontagem e/ou demolição e remoção de todas as instalações destinadas à Fiscalização, bem como o restabelecimento das condições iniciais, se necessário através de obras complementares, assegurando o bom e eficaz aspeto geral

Cláusula 53.^a

Redes de águas, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações (Internet)

- 1 – O Empreiteiro deverá construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
- 2 – Salvo indicação em contrário constante deste Caderno de Encargos, a manutenção e a exploração das redes referidas no ponto anterior, as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, bem como todos os custos inerentes, são da responsabilidade do Empreiteiro, por inclusão dos respetivos encargos na proposta apresentada e sobre a qual recai a adjudicação.
- 3 – As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO X

TRABALHOS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES

Cláusula 54.^a

Demolições

- 1 – Consideram-se incluídas no preço da empreitada, as demolições que se revelarem necessárias, quer se encontrem previstas ou não neste Caderno de Encargos.
- 2 – Os trabalhos de demolição referidos no ponto anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implantação da obra, salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos, bem como a remoção dos resíduos resultantes para destino final licenciado, de acordo com o previsto no PGA/PPGRCD.

Cláusula 55.^a

Implantação de piquetagem

1 – O trabalho de implantação e piquetagem será efetuado pelo Empreiteiro, a partir dos alinhamentos e das referências fornecidas pelo Dono de Obra.

2 – O Empreiteiro deverá examinar no terreno as marcas fornecidas pelo Dono de Obra ou pela Fiscalização, apresentando, se for caso disso, as reclamações relativas às deficiências que eventualmente encontre e que serão objeto de verificação pela Fiscalização, na presença do Empreiteiro.

3 – Uma vez concluídos os trabalhos de implantação, o Empreiteiro informará desse facto, por escrito, a Fiscalização, que procederá à verificação das marcas e, se for necessário, à sua retificação, na presença do Empreiteiro.

4 – O Empreiteiro é ainda obrigado a conservar todas as marcas ou referências visíveis existentes que tenham sido implantadas no local da obra por outras entidades e só proceder à sua deslocação desde que autorizado e sob orientação da Fiscalização.

Cláusula 56.^a

Equipamento auxiliar

1 – Constitui encargo do Empreiteiro o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, andaimes e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.

2 – Previamente à entrada de todos os equipamentos em obra (incluindo equipamentos de subempreiteiros e prestadores de serviços do Empreiteiro), o Diretor de Fiscalização da Obra verificará se estão assegurados os requisitos legais aplicáveis, nomeadamente os relativos a máquinas (nomeadamente os relativos às regras para a colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança colocados no mercado isoladamente; os relativos às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalhos, e os relativos ao ruído de equipamento de utilização no exterior).

3 – Nas situações em que não se verifique o cumprimento dos requisitos legais mencionados no ponto anterior, a entrada dos equipamentos em obra será recusada até serem assegurados os referidos requisitos legais.

Cláusula 57.^a

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 – Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o Empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do Dono de Obra e do Empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de certificado de empreiteiro de obras públicas ou dos documentos previstos na portaria referida no n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópias dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida portaria, consoante os casos.

2 – O Empreiteiro deve ainda afixar os painéis publicitários no local dos trabalhos de acordo com as regras impostas pela União Europeia, constantes da Retificação ao Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro, que prevê as normas de exceção do Regulamento (CE) n.º 1803/2006, de 11 de julho, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 de Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Jornal Oficial da União Europeia L 371 de 27 de dezembro de 2006), relativas a responsabilidades dos beneficiários relativamente a medidas de informação e publicidade destinadas ao público. Assim, esta publicitação deve ser colocada no local dos trabalhos antes do início dos mesmos e deverá ser mantida após a execução do contrato.

3 - É da responsabilidade do Empreiteiro a publicidade e a divulgação do cofinanciamento comunitário, através da execução de 3 placas informativas com dimensões (pelo menos com 1.50 x 1.00m) e informação a definir.

4 – O Empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

5 – No estaleiro de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do Projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 58.^a

Livro de registo da obra

1 – O Empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo Diretor da Fiscalização da Obra, contendo uma

CADERNO DE ENCARGOS

Página 46 de 112

informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 – Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

- a) As alterações ao Projeto ordenadas ou aceites pelo Dono de Obra;
- b) As alterações ao Plano de Trabalhos ordenadas ou aceites pelo Dono de Obra;
- c) Os acontecimentos relevantes no desenvolvimento dos trabalhos;
- d) As informações quanto à elaboração dos autos de medição e à realização e resultado dos ensaios;
- e) As informações relativas à execução de trabalhos complementares e a menos;
- f) As aprovações e rejeições de materiais e/ou equipamentos;
- g) Registo de materiais e equipamentos, incluindo os auxiliares, entrados no estaleiro, com referência a eventuais certificados de qualidade e boletins de ensaio de receção;
- h) Os acidentes de trabalho;
- i) Os acidentes e incidentes ambientais;
- j) As suspensões ou paralisações dos trabalhos e suas causas ou motivos;
- k) As penalizações dos trabalhos e suas causas.

3 – Será referenciado no Livro de Obra a entrega dos certificados de qualidade dos materiais e equipamentos e boletins dos ensaios de receção.

4 – Mensalmente serão fornecidos pelo Empreiteiro ao Dono de Obra 2 (dois) exemplares em fotocópia dos registos nele consignados durante esse período.

5 – O Livro de Registo da Obra será rubricado pelo Diretor de Fiscalização da Obra e pelo Diretor de Obra em todos os acontecimentos nele registados e ficará ao cuidado deste último, que o deverá apresentar sempre que solicitado pela primeira ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Cláusula 59.^a

Atos e direitos terceiros

1 – Sempre que o Empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o Diretor de Fiscalização da Obra, a fim

de o Dono de Obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 – No caso de os trabalhos a executar pelo Empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao Diretor de Fiscalização da Obra para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Cláusula 60.^a

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 – O Dono da Obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 – Os trabalhos referidos no ponto anterior são executados em colaboração com o Diretor de Fiscalização da Obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 – Quando o Empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no ponto 1 da presente cláusula, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 – A coordenação das atividades do Empreiteiro necessárias à execução da empreitada com as de outros contratados do Dono de Obra e com quaisquer entidades estranhas ao Contrato com quem haja necessidade de tratar é da competência do Dono da Obra ou da entidade designada por este para desempenhar a função.

5 – Esta coordenação geral atribuída ao Dono da Obra não isenta o Empreiteiro das suas obrigações contratuais.

6 – A preparação, o planeamento e a coordenação das diferentes empreitadas pelo Dono da Obra deve abranger a avaliação dos riscos profissionais decorrentes da execução, em

simultâneo, de várias empreitadas na mesma obra, bem como a previsão dos meios adequados à prevenção de acidentes relativamente aos trabalhadores e ao público em geral.

7 - Sempre que o Empreiteiro tiver entrado em contato com outros contratados do Dono da Obra para tratar de assuntos relativos à boa execução da empreitada, obriga-se a enviar ao Dono da Obra cópias dos relatórios dos referidos contactos e da correspondência trocada no seguimento dos mesmos: as decisões tomadas durante tais contactos só produzirão efeitos para com o Dono da Obra após a sua aprovação por escrito.

8 – Se no seguimento dos contactos referidos no ponto anterior surgirem diferendos ou dificuldades, o Empreiteiro dará de imediato e por escrito conhecimento ao Dono de Obra.

9 – O Empreiteiro deverá facultar o acesso ao local da obra de quaisquer entidades autorizadas pelo Dono da Obra como sejam autarquias, operadores de serviços ou outras, as quais poderão vir a realizar trabalhos seus, compatibilizando ambas as empreitadas. Nesse caso, o Dono da Obra comunicará ao Empreiteiro, com um mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência quais os trabalhos que virão a ser realizados, com indicação pormenorizada das áreas de intervenção e obras a executar, as quais serão executadas em articulação do Diretor de Obra com o Diretor de Fiscalização da Obra, de modo a evitar atrasos e outros prejuízos.

CAPÍTULO XI

MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

Cláusula 61.^a

Especificações gerais

1 – Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no Caderno de Encargos, no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.

2 – Sempre que o Caderno de Encargos e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o Empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de

construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3 – No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4 – Condições comuns a todos os materiais e elementos de construção:

- a) Todos os materiais a empregar devem ser da melhor qualidade e devem ser acompanhados de certificados de origem e dos documentos de controlo de qualidade, e obedecer ainda a:
 - i. Sendo nacionais, às normas portuguesas, documentos de homologação de laboratórios oficiais, regulamentos em vigor e especificações deste Caderno de Encargos;
 - ii. Sendo estrangeiros, às normas e regulamentos em vigor no país de origem, caso não haja normas nacionais aplicáveis.
- b) Os materiais e elementos de cada lote só poderão ser aplicados na obra depois de efetuada a sua receção pelo Diretor de Fiscalização da Obra. Havendo ensaios, a decisão de receção será tomada pela Fiscalização;
- c) O Empreiteiro deverá garantir a existência em estaleiro das quantidades de materiais e elementos necessários à laboração normal dos trabalhos. Será normal a existência em estaleiro de materiais e elementos que garantam um mínimo de 15 (quinze) dias de laboração. Aquele período será aumentado sempre que as diligências da receção o exijam. Aquele período será reduzido quando a natureza dos materiais e elementos o justifique, estando garantido o seu fornecimento contínuo e aprovada pelo Diretor de Fiscalização da Obra a sua proveniência;
- d) Serão da responsabilidade do Empreiteiro os encargos resultantes das operações de carga, descarga e transporte de materiais e elementos de construção. Os materiais ou elementos, deteriorados durante estas operações, serão rejeitados.

5 – Dando cumprimento ao disposto no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, sempre que tecnicamente exequível, o Empreiteiro deve utilizar pelo menos 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra.

6 – Nos termos do n.º 9 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, os materiais referidos no número anterior devem ser certificados pelas entidades competentes, nacionais ou europeias, de acordo com a legislação aplicável.

7 – O não cumprimento da percentagem definida no ponto 5 da presente cláusula para a utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, só é admissível se a respetiva fundamentação apresentada pelo Empreiteiro ao Dono de Obra for considerada atendível.

Cláusula 62.^a

Amostras padrão

1 – Sempre que o Dono de Obra ou o Empreiteiro o julgue necessário, este último apresentará amostras de materiais ou elementos de construção a utilizar, as quais, depois de aprovadas pela Fiscalização, servirão de padrão.

2 – As amostras deverão ser acompanhadas, se a sua natureza o justificar ou for exigido pela Fiscalização, de certificados de origem e de análises ou ensaios feitos em laboratório oficial.

3 – A apresentação das amostras deverá ter lugar, durante os períodos de preparação e planeamento da obra e, em qualquer caso, de modo que as diligências de aprovação não prejudiquem o cumprimento do Plano de Trabalhos e, no limite, até 21 (vinte e um) dias antes da entrada do Material ou dos elementos de construção.

4 – A apreciação da Fiscalização será baseada no Caderno de Encargos e será efetuada no prazo de 5 (cinco) dias após a receção das amostras, salvo quando haja que proceder a ensaios.

5 – A existência do padrão não dispensará, todavia, a aprovação de cada um dos lotes de materiais ou de elementos de construção entrados no estaleiro, conforme estipula a cláusula 67.^a deste Caderno de Encargos.

6 – O empreiteiro poderá propor a substituição de qualquer especificação de materiais ou de elementos, desde que não contrarie os regulamentos da construção, nomeadamente os

de segurança. A proposta deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e indicando pormenorizadamente as características de qualidade a que o material ou elemento irá satisfazer.

7- Compete à Fiscalização aprovar ou rejeitar a proposta de substituição, a qual poderá ser condicionada à alteração das condições administrativas, nomeadamente prazo e custos. A decisão da Fiscalização será dada no prazo de 5 (cinco) dias após a receção da proposta.

Cláusula 63.^a

Lotes, amostras e ensaios

1 – Os materiais e elementos de construção serão divididos em lotes, de acordo com o disposto neste Caderno de Encargos ou, quando ele for omissivo a tal respeito, segundo as suas origens, tipos e, eventualmente, datas de entrada na obra.

2 – De cada um dos lotes colher-se-ão, sempre que necessário, três amostras, nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos, para cada material ou elemento, destinando-se uma delas ao Empreiteiro, a outra ao Dono de Obra e ficando a terceira de reserva na posse deste último.

3 – A colheita das amostras e a sua preparação e embalagem serão feitas na presença da Fiscalização e do Empreiteiro, competindo a este último fornecer todos os meios indispensáveis para o efeito. Estas operações obedecerão às regras estabelecidas neste Caderno de Encargos, nos regulamentos e documentos normativos aplicáveis ou, na sua omissão, às que forem definidas por acordo prévio.

4 – Nos casos em que este Caderno de Encargos não estabeleça expressamente a obrigatoriedade de realização de ensaios, as amostras do Dono de Obra e do Empreiteiro podem ser ensaiadas em laboratório de reconhecida competência, à escolha de cada um deles.

5 – Nos casos em que este Caderno de Encargos estabeleça a obrigatoriedade de realização dos ensaios previstos, o Empreiteiro promoverá por sua conta a realização dos referidos ensaios em laboratório escolhido por acordo com o Dono de Obra ou, se tal acordo não for possível, num laboratório acreditado.

6 – Na aceitação ou rejeição de materiais ou elementos de construção, de acordo com o resultado dos ensaios efetuados, observar-se-ão as regras de decisão estabelecidas para cada material ou elemento neste Caderno de Encargos, nos regulamentos e documentos normativos aplicáveis ou, na sua omissão, as que forem definidas por acordo antes da realização dos ensaios.

7 – Quando da receção de cada lote, deverá ser elaborado pelo Empreiteiro um boletim de receção, onde devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação da obra;
- b) Designação do material ou elemento;
- c) Número do lote;
- d) Proveniência;
- e) Data da entrada na obra;
- f) Decisão de receção;
- g) Visto da fiscalização.

Ao boletim de receção deverão ser anexados os seguintes documentos:

- h) Certificado de origem;
- i) Guia de remessa;
- j) Boletins de ensaio.

O boletim de receção e anexos deverão ser referenciados no livro de registo de obra.

Cláusula 64.^a

Casos especiais

1 – Os materiais ou elementos de construção sujeitos a homologação ou classificação obrigatórias só poderão ser aceites quando acompanhados do respetivo documento de homologação ou classificação, emitido por laboratório oficial, mas nem por isso ficarão isentos dos ensaios previstos neste Caderno de Encargos.

2 – Para os materiais ou elementos de construção sujeitos a controlo completo de laboratório oficial não serão exigidos ensaios de receção relativamente às características controladas quando o Empreiteiro forneça documento comprovativo emanado do mesmo laboratório; não se dispensará, contudo, a verificação de outras características, nomeadamente as geométricas.

3 – A Fiscalização poderá verificar, em qualquer parte, o fabrico e a montagem dos materiais ou elementos em causa, devendo o Empreiteiro facultar-lhe, para o efeito, todas

as informações e facilidades necessárias. A aprovação só será, todavia, efetuada depois da entrada na obra dos materiais ou elementos de construção referidos.

Cláusula 65.^a

Depósito e armazenagem de materiais ou elementos de construção

1 – Os materiais e elementos de construção deverão ser armazenados ou depositados por lotes separados e devidamente identificados, com arrumação que garanta condições adequadas de acesso e circulação.

2 – Desde que a sua origem seja a mesma, o Dono de Obra poderá autorizar que, depois da respetiva aprovação, os materiais e elementos de construção não se separem por lotes, devendo, no entanto, fazer-se sempre a separação por tipos.

3 – O Empreiteiro assegurará a conservação dos materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito.

4 – Os materiais e elementos de construção deterioráveis pela ação dos agentes atmosféricos podem ser indicados taxativamente ou a título exemplificativo neste Caderno de Encargos. Em qualquer caso, os mesmos serão obrigatoriamente depositados em armazéns fechados que ofereçam segurança e proteção contra as intempéries e humidade do solo.

5 – Os materiais e elementos de construção existentes em armazém ou depósitos e que se encontrem deteriorados serão rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos, nos termos da cláusula 52.^a deste Caderno de Encargos.

6 – A Fiscalização decidirá quais os materiais que, pelas suas características ou dimensões, poderão ser armazenados em depósito ao ar livre sendo, no entanto da responsabilidade do Empreiteiro a sua eventual deterioração.

7 – O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do Dono de Obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 66.^a

Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 – Os materiais e elementos de construção não poderão ser aplicados na empreitada senão depois de aprovação pelo Diretor de Fiscalização da Obra.

2 – A aprovação dos materiais e elementos de construção será feita por lotes e resulta da verificação de que as características daqueles satisfazem as exigências contratuais.

3 – Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no Caderno de Encargos, no Projeto e nos restantes documentos contratuais, o Empreiteiro promovê-los-á à aprovação do Dono de Obra.

4 – Em qualquer momento poderá o Empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o Dono da Obra não se pronunciar nos 15 (quinze) dias subsequentes, excessos no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período, pelo Dono de Obra ao Empreiteiro.

5 – Sempre que se considere obrigatória ou conveniente a apresentação, pelo Empreiteiro, de documentos ao Dono de Obra para aprovação, o processo desenvolver-se-á conforme os pontos seguintes. Nos documentos apresentados, uma das cópias será devolvida ao Empreiteiro devidamente carimbada consoante a respetiva apreciação e conforme se descreve:

- a) Aprovado: se o documento for considerado bom para execução;
- b) Aprovado sob condição: se o documento for considerado bom para execução na condição de serem respeitadas as anotações a vermelho;
- c) Não aprovado: se o documento for considerado impróprio para execução.

6 – Os documentos carimbados com “Aprovado sob condição” e “Não aprovado” deverão ser, de novo, submetidos à aprovação do Dono de Obra depois de terem sido devidamente corrigidos.

7 – Após a sua aprovação os documentos não podem ser alterados sem o acordo de ambas as partes.

8 – A aprovação por parte do dono de Obra da documentação técnica referente ao fornecimento, não exonera o Empreiteiro da sua responsabilidade no cumprimento do presente Caderno de Encargos e de todos os atrasos decorrentes da apresentação de documentação deficiente.

9 – Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o Empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao Dono de Obra reclamação fundamentada no prazo de 10 (dez) dias.

10 – A reclamação considera-se deferida se o Dono de Obra não notificar o Empreiteiro da respetiva decisão nos 15 (quinze) dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo Dono de Obra ao Empreiteiro.

11 – Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do Empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

12 – Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.

13 – Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao Empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

Cláusula 67.^a

Substituição de materiais e elementos de construção

1 – Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

- a) Sejam diferentes dos aprovados;
- b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizadas de novo.

2 – As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do Empreiteiro.

3 – Se o Empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no ponto 1 desta mesma cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 68.^a

Ensaaios

1 – Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente Caderno de Encargos e os previstos nos regulamentos em vigor, constituindo encargos do Empreiteiro.

2 – Quando o Dono de Obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3 – No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do Empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, por conta do Dono de Obra.

Cláusula 69.^a

Patentes, licenças e marcas de fabrico

1 – Correm inteiramente por conta do Empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 – No caso de o Dono de Obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o Empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

3 – O disposto nos pontos 1 e 2 não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste Caderno de Encargos para os quais se torne

indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o Dono de Obra não indique a existência.

4 – No caso previsto no ponto anterior, o Empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso em que o Diretor de Fiscalização da Obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

CAPÍTULO XII

PESSOAL, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Cláusula 70.^a

Obrigações gerais

1 – O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre pessoal, higiene, segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 – O Empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 – No caso de negligência do Empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o Coordenador de Segurança em Obra (CSO) deve tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Empreiteiro.

4 – Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o CSO o exija, o Empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos na cláusula 116.^a deste Caderno de Encargos.

5 – O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o CSO, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

6 – O Empreiteiro é responsável pela coordenação da atividade dos subempreiteiros, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde, atendendo ao disposto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas posteriores alterações e republicações.

7 – O Empreiteiro, até 10 (dez) dias antes de iniciada qualquer atividade relevante na obra, deverá enviar ao CSO, para aprovação, todos os elementos referentes à documentação exigível em matéria de segurança e saúde, nomeadamente, os Procedimentos de Inspeção e Prevenção (PIP).

8 – Os elementos referidos no ponto 7 deverão ser fornecidos em suporte de papel (um original) e em suporte informático compatível com o sistema de informação em uso, que este indicará por solicitação do Empreiteiro.

Cláusula 71.^a

Pessoal, salários e horários de trabalho

1 – São da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 – O Empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do Dono de Obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do Dono de Obra, do Empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 – A ordem referida no ponto anterior deve ser fundamentada por escrito quando o Empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 – As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

5 – Nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, , na sua atual redação, à data da celebração do Contrato, o Empreiteiro deve apresentar comprovativo da contratação do Diretor de Obra.

7 – O Empreiteiro não poderá recorrer, de forma direta ou indireta, a atividades que utilizem o trabalho de pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

8 – Os salários mínimos a pagar a todo o pessoal empregado na obra, incluindo o de quaisquer subempreiteiros, serão os que resultarem do disposto na legislação em vigor.

9 – A tabela de salários mínimos a que o Empreiteiro se encontra sujeito deverá estar afixada, por forma bem visível, no local da obra.

10 – Em caso de atraso do Empreiteiro no pagamento dos salários aos seus trabalhadores, o Dono da Obra poderá satisfazer os que se encontrarem comprovadamente em dívida, descontando nos primeiros pagamentos a efetuar ao Empreiteiro as somas despedidas para esse fim.

11 – O Empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao Diretor de Fiscalização da Obra.

12 – Qualquer alteração ao horário normal de trabalho que o Empreiteiro pretenda efetuar deverá ser proposta ao Diretor de Fiscalização da Obra, por escrito, com a necessária antecedência.

13 – Quando o Empreiteiro, por sua iniciativa e devidamente autorizado pelo Diretor de Fiscalização da Obra, proceda à execução de trabalhos fora do horário normal de trabalho ou por turnos, suportará todos os encargos legais que daí advenham para o Dono da Obra e com pessoal da Fiscalização.

Cláusula 72.^a

Proteção e segurança

1 – Para além das medidas a que se refere a cláusula 27.^a, constitui encargo do Empreiteiro a realização dos trabalhos de proteção e segurança especificados neste Caderno de CADERNO DE ENCARGOS

Página 60 de 112

Encargos, nomeadamente os referentes a construções e vegetação existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos e os relativos a construções e instalações vizinhas destes locais. Constitui, ainda, encargo do Empreiteiro a proteção se necessário, recorrendo a entivações especiais, escoramentos ou outros meios adequados. Estes trabalhos não serão objeto de pagamento específico, considerando-se que os respetivos encargos estão contidos nos preços unitários da empreitada.

2 – Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto ou neste Caderno de Encargos, o Empreiteiro avisará o CSO, propondo as medidas a tomar, e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele. No caso de estarem envolvidos interesses de terceiros, o CSO procederá aos contatos necessários com as entidades envolvidas, a fim de decidir das medidas a tomar.

3 - Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, o Empreiteiro terá, ainda o dever de:

- a) Informar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer na obra, assim como das medidas de segurança a respeitar;
- b) Instalar, no estaleiro, painéis com as medidas de segurança a respeitar;
- c) Proteger os trabalhadores do ruído produzido no local de trabalhos;
- d) Delimitar, por sinalização temporária, as obras e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares; os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retrorrefletor;
- e) A sinalização temporária referida na alínea anterior deverá ser mantida em permanente funcionamento, incluindo em horário noturno, fins-de-semana e feriados;
- f) Executar os trabalhos de forma a garantir convenientemente o tráfego, quer na faixa de rodagem, quer nos passeios, utilizando sinalização e as medidas de caráter provisório indispensáveis à sua segurança e comodidade, entre as quais se incluem as passarelas de acesso às propriedades, a aplicação de chapas metálicas e quaisquer outras obras temporárias de proteção que a Fiscalização considere necessárias;
- g) Instalar passarelas provisórias sempre que as escavações impeçam ou dificultem a normal passagem do público; durante a noite as passarelas deverão ser convenientemente iluminadas;
- h) Isolar do público os trabalhos de escavação através de barreiras protetoras razoavelmente afastadas dos bordos; durante a noite deverão ser colocados sinais luminosos vermelhos ao longo dessas barreiras protetoras;

- i) Proceder ao levantamento de pavimentos e à execução de escavações na via pública de forma a limitar a área necessária aos trabalhos e a não prejudicar o tráfego; a programação dos trabalhos deve reduzir ao mínimo o tempo em que as escavações ficarão descobertas.

4 – Se o CSO considerar, em qualquer momento, que a segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos.

5 – O Empreiteiro obriga-se a proceder, por sua iniciativa ou de acordo com as orientações do CSO, ao levantamento de todas as situações em que a realização dos trabalhos poderá, de algum modo, vir a afetar terceiros, nomeadamente, nas instalações e construções existentes na área de influência dos trabalhos. Estes levantamentos poderão passar por inspeções a essas instalações e construções e colocação de testemunhos bem como a elaboração dos respectivos relatórios de situação.

6 – A indicação dos prazos referidos no presente Caderno de Encargos, não isenta o Empreiteiro de executar trabalhos diferentes que eventualmente sejam impostos por serviços oficiais ou camarários, particularmente quando se verificarem condições especiais de tráfego, circulação ou segurança.

Cláusula 73.^a

Plano de segurança e saúde e compilação técnica

1 – Para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, para além do desenvolvimento e complemento do Plano de Segurança e Saúde – PSS da fase de Projeto, aprovado pelo Dono de Obra, o Empreiteiro deverá elaborar o PSS para a execução da obra, em cumprimento e nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, tendo em conta o estabelecido no PSS da fase de Projeto e referindo, objetivamente, os processos construtivos ou métodos de trabalho a utilizar.

2 – O Empreiteiro obriga-se a fornecer ao Coordenador de Segurança em Obra, ou a quem o Dono da Obra designar, os elementos necessários à elaboração da Compilação Técnica (CT) da obra.

3 – Eventuais alterações ou substituições desses documentos de referência e legislação, que venham a ocorrer após o lançamento do concurso e durante a vigência do Contrato,

determinam a adequação do PSS à nova situação no prazo máximo de 1 (um) mês da ocorrência, sem prejuízo da aplicação da legislação alterada dever ser implementada nos prazos estabelecidos para entrada em vigor.

4 – No prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato ou o que vier a ser definido pelo Dono da Obra ou Fiscalização, o Empreiteiro deve entregar ao Dono da Obra a Comunicação Prévia (CP) incluída no PSS, bem como a declaração modelo CP5 anexa a essa Comunicação Prévia, confirmando assim o(s) nome(s) do(s) técnico(s) indicados no contrato que desempenhará(ão) as funções de Diretor de Obra e de Responsável pela direção técnica da obra. Caso venham a ser propostos outros nomes e até que estes sejam aprovados pelo Dono de Obra nos termos de presente Caderno de Encargos, considerar-se-á em efetivo exercício das funções as pessoas indicadas na candidatura para essas posições.

5 – Sem prejuízo das competências e responsabilidades atribuídas por lei, o Empreiteiro obriga-se a cumprir e a fazer cumprir pelos seus subcontratados e sucessiva cadeia de subcontratação, o estabelecido no PSS e na CT, e documentos complementares assim como atender e respeitar todas as indicações do CSO. Esses subcontratos deverão incluir, nomeadamente e nas partes que lhes dizem respeito que deverão ser especificadas, cláusulas relativas ao PSS, à CT, ao presente Caderno de Encargos e restantes peças do Programa do Procedimento. O Empreiteiro deverá também apresentar uma lista dos trabalhos ou grupo de trabalhos que prevê subcontratar, com indicação dos alvarás e autorizações a exigir em cada caso, juntando o modelo de subcontrato a estabelecer, sublinhando neste as cláusulas especificamente relacionadas direta ou indiretamente com a segurança e saúde no trabalho, tendo em conta o especificado sobes esta matéria no Caderno de Encargos.

6 – O Dono de Obra, o CSO e a Fiscalização têm, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos do PSS, podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em partes, em suporte de papel e/ou informático. A documentação solicitada deve ser fornecida, sempre que possível, no momento do pedido, ou no prazo máximo de 1 (uma) semana caso se trate de volumes de informação que exijam mais tempo.

7 – O Empreiteiro deverá manter em funções o Técnico da área de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) aceite pelo Dono de Obra, o qual será responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

O Empreiteiro não poderá substituir esse Técnico, sem o consentimento expresso do Dono da Obra e aprovação de novo elemento. O Dono da Obra poderá em qualquer momento determinar a substituição do Técnico de HSST, nomeadamente, se verificar que não possui experiência para a função, revelar falta de dedicação e/ou empenho, ou por qualquer outra circunstância justificada.

8 – O Dono da Obra ou o CSO poderá exigir a aplicação de qualquer equipamento de proteção coletiva ou individual que se revele necessário para a melhoria da higiene, segurança e saúde no trabalho, cujos custos estão incluídos no preço contratual.

9 – O Empreiteiro obriga-se a proceder, por sua iniciativa ou de acordo com as orientações do Dono da Obra ou do CSO, ao levantamento de todas as situações em que a realização dos trabalhos poderá de algum modo vir a afetar terceiros, nomeadamente, nas instalações e estruturas existentes na área de influência dos trabalhos. Estes levantamentos poderão passar por inspeções a essas instalações e construções e colocação de testemunhos bem como a elaboração dos respetivos relatórios de situação e de seguimento.

10 – O Dono da Obra ou o CSO reserva-se o direito de participar em qualquer das fases de implementação do PSS por si considerados relevantes.

11 – O Dono da Obra e/ou o CSO e/ou a Fiscalização, ou as entidades por elas indicadas, podem proceder a auditorias à obra ou ao Empreiteiro no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho em qualquer momento a partir de 22 (vinte e dois) dias após a consignação da obra. Essas auditorias serão previamente comunicadas ao Empreiteiro, que se obriga a disponibilizar todos os meios solicitados e a participar ativamente nas ações respetivas.

12 – Caso venham a ser detetadas nessas auditorias não conformidades, o Empreiteiro obriga-se a corrigi-las nos prazos que vierem a ser acordados entre as partes, sem prejuízo das sanções previstas neste Caderno de Encargos.

13 – O levantamento de uma não conformidade deverá ser sempre suportada pela indicação da disposição infringida de natureza legislativa, regulamentar, normativa, contratual ou outra.

14 – O Dono da Obra e/ou CSO e/ou a Fiscalização, ou as entidades por eles indicadas, podem também proceder a visitas técnicas não previamente anunciadas quer às frentes de trabalho quer à análise da documentação.

15 – Sem prejuízo das comunicações obrigatórias às entidades competentes e de outras obrigações estipuladas no Caderno de Encargos ou no PSS quanto a comunicação de acidentes, o Empreiteiro obriga-se a informar, por escrito, o CSO no prazo de 8 (oito) horas qualquer ocorrência de acidente de trabalho de qualquer pessoa em serviço na empreitada. Verificando-se a não comunicação de acidente de trabalho nos prazos estabelecidos, aplicar-se-á a sanção indicada na cláusula 106.^a, deste Caderno de Encargos.

CAPÍTULO XIII

QUALIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cláusula 74.^a

Disposições gerais

1 – A Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e Responsabilidade Social a implementar pelo Empreiteiro terá por base os princípios gerais e requisitos das normas NP EN 9001, NP ISSO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397 e SA 8000 (ou equivalentes).

2 – Todos os Encargos decorrentes da implementação da política apresentada, do cumprimento da legislação em vigor e demais exigências no Caderno de Encargos nas áreas de Qualidade, Ambiente, HSST e de Responsabilidade Social, consideram-se incluídos no preço da empreitada.

3 – As ações decorrentes da implementação dos pontos anteriores, serão desenvolvidas pelo Empreiteiro, tendo em conta a necessária articulação, validação e acompanhamento pela Fiscalização.

4 – O Empreiteiro compromete-se a apresentar, para além da documentação detalhada nos pontos seguintes, um quadro com identificação dos meios humanos a afetar à obra com funções específicas relacionadas com a Qualidade, o Ambiente, a Segurança e a Responsabilidade social (nomes, qualificações, tempos de permanência e períodos), indicando explicitamente o(s). Técnico (s). que assumirá(ão) as funções nestas áreas.

5 – No âmbito da Política da Qualidade, o Empreiteiro compromete-se a apresentar o Plano de Inspeção e Ensaios a implementar em obra, com base na análise da Caderno de Encargos (com especial ênfase para os materiais, equipamentos a fornecer, métodos construtivos).

7 – No âmbito da Responsabilidade Social, o Empreiteiro deverá garantir o cumprimento dos requisitos do normativo SA 8000, nomeadamente através do cumprimento da legislação em vigor e das convenções internacionais relativas a condições sociais e laborais (exemplo: direitos do homem, direitos da criança, etc.).

8 – O Empreiteiro compromete-se ainda a conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e de acordo com o código de conduta incluído no Caderno de Encargos, assinando para o efeito a declaração de compromisso de Responsabilidade Social de acordo com a minuta do Anexo I do Programa de Procedimento.

9 – O anteriormente referido aplicar-se-á também aos fornecedores, prestadores de serviços e subempreiteiros que venham a trabalhar para o Empreiteiro na empreitada, objeto deste Caderno de Encargos.

CAPÍTULO XIV

CONTROLO AMBIENTAL

Cláusula 75.^a

Obrigações gerais

1 – O Empreiteiro está obrigado ao cumprimento dos Critérios Ecológicos da Resolução do Conselho de Ministros N° 132/2023 (RCM).

2 – O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor em matéria de ambiente, designadamente no que respeita à redução do ruído, à gestão de resíduos, à qualidade do ar, ao encaminhamento adequado dos efluentes domésticos, ao licenciamento de combustíveis e reservatórios sob pressão e ao licenciamento de utilização de origens de água, origens de inertes, etc.

3 – Para o controlo dos aspetos e impactes ambientais, o Empreiteiro compromete-se a apresentar o Plano de Gestão Ambiental - PGA a implementar, com base no PGA tipo, que

contemple todos os domínios do ambiente aplicáveis à empreitada, integrando o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição – PPGRCD, Modelo de PPGRCD disponível no sítio da Internet da Agência Portuguesa do Ambiente) e demais obrigações daí decorrentes.

4 – O Dono de Obra e/ou a Fiscalização, ou as entidades por elas indicadas, podem proceder a auditorias à obra ou ao Empreiteiro no âmbito do controlo ambiental, em qualquer momento a partir de 22 (vinte e dois) dias após a consignação da obra. Essas auditorias serão previamente comunicadas ao Empreiteiro, que se obriga a disponibilizar todos os meios solicitados e a participar ativamente nas ações respetivas.

5 – Caso venham a ser detetadas nessas auditorias não conformidades, o Empreiteiro obriga-se a corrigi-las nos prazos que vierem a ser acordados entre as partes, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula 107.^a deste Caderno de Encargos.

6 – O levantamento de uma não conformidade deverá ser sempre suportada pela indicação da disposição infringida de natureza legislativa, regulamentar, normativa, contratual ou outra.

7 – O Dono da Obra e/ou a Fiscalização, ou as entidades por eles indicadas, podem também proceder a visitas não previamente anunciadas quer às frentes de trabalho quer à análise da documentação.

CAPÍTULO XV

TRABALHOS COMPLEMENTARES, ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MENOS

Cláusula 76.^a

Trabalhos complementares

1 – São trabalhos complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no Contrato.

2 – O Dono da Obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares cuja execução ordene ao Empreiteiro, com exceção da situação prevista na cláusula 80.^a do presente Caderno de Encargos.

3 – Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias não previstas, pode o Dono da Obra ordenar a sua execução ao Empreiteiro nos termos previstos no n.º 2 do artigo 370.º do CCP.

- a) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos para o Dono da Obra;
- b) O preço desses trabalhos, incluindo o de anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias imprevisíveis, não exceda 50% (cinquenta por cento) do preço contratual.

4 – Os trabalhos complementares que excedam os limites previstos na presente cláusula 59.^a, devem ser adjudicados na sequência de novo procedimento.

5 – Aos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões aplica-se o disposto na cláusula 80.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 77.^a

Obrigação de execução dos trabalhos complementares

1 – O Empreiteiro tem a obrigação de executar os trabalhos complementares, desde que tal lhe seja ordenado por escrito pelo Dono da Obra e lhe sejam entregues as alterações aos elementos da solução da obra necessárias à sua execução, quando os mesmos tenham integrado o Caderno de Encargos relativo ao procedimento de formação do contrato.

2 – Não poderá, em caso algum, ser alegada ordem verbal como justificação de qualquer reclamação ou pedido de pagamento de trabalhos complementares, que só serão considerados quando ordenados por escrito.

3 – O Empreiteiro não está sujeito à obrigação prevista no ponto 1 desta cláusula do presente Caderno de Encargos quando opte por exercer o direito de resolução do Contrato ou quando, sendo os trabalhos complementares de espécie diferente dos previstos no contrato ou da mesma espécie de outros nele previstos, mas a executar em condições diferentes, o Empreiteiro não disponha dos meios humanos ou técnicos indispensáveis para a sua execução.

Cláusula 78.^a

Recusa de execução dos trabalhos complementares

1 – Para efeitos do disposto no ponto 3 da cláusula anterior, bem como quando entenda não estarem verificados os pressupostos constantes dos pontos 3 e 4 da cláusula 59.^a do presente Caderno de Encargos, o Empreiteiro pode, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da ordem do Dono da Obra de execução dos trabalhos complementares, reclamar, fundamentadamente, da mesma.

2 – Recebida a reclamação do Empreiteiro, o Dono da Obra deve apreciar a mesma no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua receção.

3 – Quando considere injustificada a não execução dos trabalhos complementares, o Dono da Obra pode:

- a) Notificar o Empreiteiro com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, para a execução dos trabalhos complementares; ou
- b) Optar pela execução dos trabalhos complementares, diretamente ou por intermédio de terceiro, quando o Empreiteiro tenha manifestado de forma perentória a intenção de não os executar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 a 4 do artigo 325.º do CCP.

4 – No caso previsto na alínea a) da cláusula anterior, quando o Empreiteiro não dê início à execução dos trabalhos, pode o Dono da Obra, sem prejuízo do poder de resolução do Contrato:

- a) Aplicar ao Empreiteiro a sanção pecuniária compulsória, prevista no capítulo XXII; ou
- b) Optar pela execução dos trabalhos complementares, diretamente ou por intermédio de terceiro.

Cláusula 79.^a

Preço e prazo de execução dos trabalhos complementares

1 – Na falta de estipulação contratual, o preço a pagar pelos trabalhos complementares e o respetivo Prazo de Execução são fixados nos seguintes termos:

- a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os preços contratuais e os prazos parciais de execução previstos no Plano de Trabalhos para essa espécie de trabalhos;
- b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato, mas a executar em condições diferentes, deve o Empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de Prazo de Execução.

2 – Nos casos previstos na alínea b) do ponto anterior, o Empreiteiro deve apresentar ao Dono da Obra uma proposta de preço e de Prazo de execução dos trabalhos complementares, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da receção da ordem de execução dos mesmos.

3 – O Dono da Obra dispõe de 10 (dez) dias para se pronunciar sobre a proposta do Empreiteiro, podendo, em caso de não-aceitação da mesma, apresentar uma contraproposta.

4 – Se o Dono da Obra não efetuar nenhuma comunicação ao Empreiteiro dentro do prazo previsto no número anterior, considera-se que a proposta deste foi aceite.

5 – Sem prejuízo do disposto na cláusula 77.^a, enquanto não houver acordo sobre todos ou alguns preços ou sobre o Prazo de Execução, os trabalhos respetivos são executados e pagos com base na contraproposta do Dono da Obra, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, acrescida no que respeita aos preços, dos juros de mora devidos, logo que haja acordo ou determinação judicial ou arbitral sobre a matéria.

Cláusula 80.^a

Formalização dos trabalhos complementares

1 – Definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos complementares, o Dono de Obra e o Empreiteiro devem proceder à respetiva formalização por escrito.

Cláusula 81.^a

Trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões

1 – O Empreiteiro deve comunicar ao Diretor de Fiscalização da Obra quaisquer erros e omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, da sua autoria.

2 – O Dono da Obra é responsável pelos trabalhos complementares para suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido elaborados ou disponibilizados ao Empreiteiro.

3 – Nos termos do n.º 2 do artigo 378.º do CCP, o Empreiteiro é responsável pelos trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimento dos erros e omissões do Projeto de Execução e demais documentos por si elaborados, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo Dono da Obra.

4 – O Empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares para suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo Dono da Obra, devendo entregar ao Dono da Obra todos os elementos do Projeto de Execução necessários para esse efeito.

5 – O Empreiteiro deve, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da consignação total ou da primeira Consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução da obra, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.

6 – O Empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

7 - Sem prejuízo do disposto nos pontos anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o Dono da Obra:

- a) Deve o Dono da Obra exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
- b) Fica o Empreiteiro sub-rogado no direito de indemnização que assiste ao Dono da Obra perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto nos pontos 5 e 6 da presente cláusula.

8 – No caso previsto no ponto 7 da presente cláusula, a responsabilidade dos terceiros perante o Dono da Obra ou o Empreiteiro, quando fundada em título contratual, é limitada ao triplo dos honorários a que tenham direito ao abrigo do respetivo Contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo de negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.

9 – À fixação do preço e do prazo de execução dos trabalhos complementares para suprimento de erros e omissões é aplicável o disposto na cláusula 78.^a do Presente Caderno de Encargos e no artigo 373.º do CCP.

10 – Sobre a responsabilidade pelos erros e omissões, aplica-se o disposto no artigo 378.º do CCP.

Cláusula 82.^a

Trabalhos a menos

1 – Salvo em caso de impossibilidade de cumprimento, o Empreiteiro só pode deixar de executar quaisquer trabalhos previstos no Contrato desde que o Dono da Obra emita uma ordem com esse conteúdo, especificando os trabalhos a menos.

2 – O preço correspondente aos trabalhos a menos é deduzido ao Preço Contratual, em conformidade do disposto no artigo 381.º do CCP.

Cláusula 83.^a

Inutilização de trabalhos já executados

1 – Se da execução de trabalhos complementares ou de trabalhos a menos resultar inutilização de trabalhos já realizados em conformidade com o Contrato ou com instruções do Dono da Obra, o seu valor não é deduzido ao Preço Contratual, tendo o Empreiteiro direito a ser remunerado pelos trabalhos já realizados e pelos trabalhos necessários à reposição da situação anterior.

Cláusula 84.^a

Indemnização por redução do preço contratual

1 – Quando, por virtude da ordem de supressão de trabalhos ou de outros atos ou factos imputáveis ao Dono da Obra, os trabalhos executados pelo Empreiteiro tenham um valor inferior em mais de 20% (vinte por cento) ao Preço Contratual, este tem direito a uma indemnização correspondente a 10% (dez por cento) do valor da diferença verificada.

2 – A indemnização prevista no número anterior é liquidada na conta final da empreitada.

CAPÍTULO XVI

MEDIÇÕES

Cláusula 85.^a

Disposições gerais

1 – As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no Projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo Dono da Obra são feitas no local da obra com a colaboração do Empreiteiro e são formalizadas em auto.

2 – As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao 21.º (vigésimo primeiro) dia do mês, correspondente aos trabalhos executados até ao dia 20 (vinte) do mesmo mês.

3 – Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas no Projeto de Execução;
- c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o Dono da Obra e o Empreiteiro.

4 – O Empreiteiro apresenta a sua proposta de mapa de quantidades relativos aos trabalhos realizados até ao 20.º dia do mês a que respeita, elaborado de acordo com os critérios e modelo fornecidos pelo Dono da Obra, idênticos aos do auto de medição, que incluem todas as posições da Lista de Preços Unitários da proposta, completada com a seguinte informação adicional, sob a forma de colunas, se outra não for acordada entre o Empreiteiro e o Dono da Obra:

- a) Quantidades executadas – anteriormente;
- b) Quantidades executadas – no mês;
- c) Quantidades executadas totais;
- d) Quantidades totais previstas no contrato;
- e) Importância processadas – anteriormente;
- f) Importâncias processadas – no mês;
- g) Importâncias processadas – totais;
- h) Importâncias totais previstas no contrato;
- i) Observações.

5 – O mapa referido no ponto anterior deve ser acompanhado do quadro correspondente que agrega as posições da Lista de Preços, cujo modelo é fornecido pelo Dono da Obra, juntamente com o modelo referido no ponto anterior.

6 – Cada mapa de quantidades deve referir todos os trabalhos constantes do Plano de Trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo Diretor de Fiscalização da Obra Condicionada à efetiva realização daqueles.

7 – Os documentos referidos nos pontos 4 a 6 da presente cláusula e Caderno de Encargos são enviados à Fiscalização, para efeitos de elaboração do auto de medição.

8 – Os autos de medição serão elaborados pela Fiscalização, até ao 24.º (vigésimo quarto) dia do mês em que foram executados os trabalhos, de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pelo Dono da Obra.

9 – Feito o auto de medição, elabora-se a respetiva conta corrente no prazo de 3 (três) dias, com especificação das quantidades de trabalhos apurados, dos respetivos preços unitários, do total creditado, dos descontos a efetuar, dos adiantamentos concedidos ao Empreiteiro e do saldo a pagar a este.

10 – A conta corrente e os demais documentos que constituem a situação de trabalhos devem ser verificados e assinados pelo Empreiteiro, ficando um duplicado na posse deste.

11 – Quando considerar que existe algum erro em qualquer dos documentos referidos no ponto anterior, o Empreiteiro deve apresentar a correspondente reserva no momento da sua assinatura, sendo aplicável o disposto no artigo 345.º, do CCP.

12 – Se, até à conclusão da obra, forem detetados erros ou faltas em qualquer auto de medição anteriormente lavrado, a correção deve ser efetuada no auto de medição imediatamente posterior pelo Dono da Obra, caso este e o Empreiteiro estejam de acordo em relação ao objeto e às quantidades a corrigir.

13 – Na falta de acordo entre as partes, a parte que considerar existir erro ou falta, fará constar do auto de medição tal facto. Neste caso, deverá recorrer-se ao estipulado nos artigos 345.º e 392.º do CCP e, por último, aos tribunais.

14 – A correção da medição é refletida na conta corrente elaborada no mês seguinte, nos termos do disposto no artigo anterior.

15 – Quando seja impossível a realização da medição nos termos do n.º 1 do artigo 388.º do CCP, e, bem assim, quando o Dono da Obra, por qualquer motivo, deixe de fazê-la, o Empreiteiro deve apresentar, até ao fim do mês seguinte, um mapa das quantidades dos trabalhos efetuados no mês em causa, juntamente com os documentos respetivos.

16 – O mapa apresentado nos termos do número anterior é considerado como situação de trabalhos provisória para os efeitos do artigo 398.º do CCP.

17 – A exatidão das quantidades inscritas nos mapas apresentados nos termos dos números anteriores é verificada no primeiro auto de medição posterior à sua apresentação, no qual o Dono da Obra procede às retificações a que houver lugar, ou, estando concluída a obra, em auto de medição avulso, a elaborar até à Receção Provisória.

18 – Se o Empreiteiro inscrever, dolosamente, trabalhos não efetuados nos mapas apresentados nos termos dos números anteriores, tal facto deve ser participado ao Ministério Público para competente procedimento criminal e ao Instituto dos Mercados Público, do Imobiliário e da Construção. I.P. (IMPIC, I.P.), que, sendo o caso, comunica o mesmo à entidade que comprova a inscrição na lista oficial de empreiteiros aprovados do país de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal do Empreiteiro.

CAPÍTULO XVII CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 86.^a

Aspetos gerais

1 – Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o Dono de Obra pagar ao empreiteiro a quantia constante da proposta adjudicada.

2 – Os pagamentos a efetuar pelo Dono da Obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado de acordo com o disposto nos pontos 4 a 6 da presente cláusula.

3 – Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias contínuos, contados da data de receção das respetivas faturas, em condições de poderem ser aceites, isto é, verificando-se as condições definidas no ponto 8 da presente cláusula.

4 – As faturas do Empreiteiro serão correspondentes aos equipamentos e trabalhos efetuados até ao 20.º dia do mês a que respeitam e corresponderão com exatidão às medições constantes do respetivo auto. Caso uma fatura não cumpra essa correspondência será de imediato devolvida ao Empreiteiro.

5 – A fatura deverá ser enviada ao Dono da Obra até ao último dia útil do mês do respetivo auto.

6 – Em caso de divergência entre o Dono da Obra e o Empreiteiro sobre os trabalhos efetivamente realizados, aquando da medição dos mesmos, serão liquidados os trabalhos aceites por ambas as partes.

7 – Quando não forem liquidados todos os trabalhos medidos, nos termos do disposto no número anterior, menciona-se o facto mediante nota explicativa inserta na respetiva conta corrente.

8 – No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergência entre o Diretor de Fiscalização da Obra e o Empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao Empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo Diretor de Fiscalização da Obra.

9 – O disposto no ponto anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no ponto 3 da presente cláusula no que respeita à primeira fatura emitida.

10 – Logo que sejam resolvidas as reclamações apresentadas pelo Empreiteiro, o Dono da Obra procede, sendo caso disso, à retificação da conta corrente, liquidando e efetuando o pagamento ao Empreiteiro da importância apurada a seu favor, no prazo estipulado.

11 – O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos pontos anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

12 – No preço da empreitada, estão incluídos todos os encargos do Empreiteiro e, nomeadamente: despesas com o projeto de execução; despesas de mão-de-obra, seguro, assistência e segurança do pessoal; montagem, manutenção e desmontagem do estaleiro; fornecimento, transporte, acondicionamento e colocação de materiais, montagem, conservação e exploração do equipamento móvel e fixo necessário à execução da obra;

despesas resultantes de todos os condicionamentos especificados e dos estudos de execução, abastecimento de água e energia elétrica ao estaleiro.

13 – O empreiteiro obriga-se a executar, pelo preço indicado no Contrato, todos os trabalhos constantes do Projeto, competindo-lhe, ainda, efetuar, sem direito a qualquer pagamento suplementar, os trabalhos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução.

Cláusula 87.^a

Pagamento provisório

1 – Se nas datas dos autos de medição ou nas datas de apresentação dos documentos, a que se referem os pontos 2 e 10 da cláusula 85.^a do presente Caderno de Encargos, ainda não forem conhecidos os valores finais dos indicadores económicos a utilizar na revisão dos preços dos trabalhos executados, o Dono da Obra procederá ao pagamento provisório com base no respetivo preço previsto no contrato, revisto em conformidade com o cálculo da revisão de preços elaborado e apresentado pelo Empreiteiro tendo por base os últimos indicadores conhecidos. Esse cálculo e a sua aprovação pela Fiscalização serão realizados em conformidade com o previsto nesta Caderno de Encargos.

2 – Nos casos previstos no ponto anterior, logo que sejam publicados os indicadores económicos respeitantes ao mês de execução dos trabalhos ou do período para tal previsto no plano de trabalhos, o Dono da Obra, após apresentação pelo Empreiteiro do cálculo definitivo da revisão de preços, procede ao pagamento ou à dedução na situação de trabalhos que se seguir, a diferença apurada.

Cláusula 88.^a

Faturação

1 – As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de uma forma desagregada.

2 – A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo contraente público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 89.^a

Adiantamento ao empreiteiro

1 – O Empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao Dono da Obra, um adiantamento da parte do preço da obra necessária à aquisição de materiais cuja utilização haja sido prevista no Plano de Trabalhos.

2 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no ponto anterior só pode ser pago depois de o Empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, à primeira solicitação.

3 – Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no ponto anterior correm por conta do Empreiteiro.

4 - A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente libertada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo Dono da Obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

5 – Decorrido o Prazo da Execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a libertação da correspondente caução, o Empreiteiro pode notificar o Dono da Obra para que este cumpra a obrigação de libertação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 (quinze) dias após a notificação, o Dono da Obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 90.^a

Reembolso dos adiantamentos

1 – Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base na seguinte fórmula:

- a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = V_a \times V_{pt} - V_{rt}$$

- b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no Plano de Pagamentos em vigor:

$$Vri = Va \times V'pt - Vrt$$

Em que:

Vri é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

Va é a razão entre o valor do adiantamento e o valor contratual da totalidade dos trabalhos objeto da empreitada, i.e., $Va = V_{adiantamento} / V_{contratual}$;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 91.^a

Mora no pagamento

1 – Em caso de atraso do Dono da Obra no cumprimento das obrigações de pagamento do Preço Contratual, tem o Empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao Empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.

Cláusula 92.^a

Revisão de preços

1 – A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação, na modalidade fixada no Caderno de Encargos.

2 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 282.º, 341.º e 382.º do CCP, só há lugar à revisão de preços se o contrato o determinar e fixar os respetivos termos, nomeadamente o método de cálculo e a periodicidade.

3 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 282.º, 300.º e 341.º, o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei.

4 – A revisão de preços é calculada pela **fórmula tipo F03 (Edifício Escolares)**, de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação.

5 – Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

6 – Será da responsabilidade do Empreiteiro o cálculo justificativo da revisão de preços correspondente a cada prestação, o qual deverá ser submetido à aprovação da Fiscalização antes de ser emitida a respetiva fatura.

7 – Para cada prestação, o Empreiteiro apresentará uma fatura de revisão de preços provisória calculada com os últimos índices publicados, mas separada da fatura correspondente à situação mensal dos trabalhos realizados e destinada a dar cumprimento ao estipulado no artigo 393.º do CCP. O cálculo definitivo da revisão de preços e os respetivos acertos de pagamento serão feitos progressivamente à medida que forem publicados os índices definitivos.

8 – O valor das faturas dos trabalhos contratuais será revisto com base no Plano de Pagamentos a que se refere a alínea f) da cláusula 28ª do presente Caderno de Encargos e o valor das faturas dos trabalhos complementares será revisto em relação ao mês de execução dos referidos trabalhos pela aplicação das fórmulas tipo estabelecida para obras da mesma natureza, conforme ponto 4 desta cláusula e do presente Caderno de Encargos.

9 – Os índices indicados serão os fixados por despacho do Secretário das Infraestruturas e são publicados na II Série do Diário da República.

10 – Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (um por cento) em relação à unidade.

11 – No caso de haver lugar a adiantamentos, a fórmula constante das cláusulas anteriores será corrigida nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, d 6 de janeiro, na sua atual redação.

CAPÍTULO XVIII

TELAS FINAIS

Cláusula 93.^a

Considerações gerais

1 – À medida que os elementos de obra vão sendo executados, o Empreiteiro deverá apresentar as respectivas telas finais ou os dados necessários para a sua posterior elaboração, para aprovação da Fiscalização, até à data de Receção Provisória, 2 (duas) cópias em papel das peças escritas e dos desenhos finais atualizadas e já aprovados pelo Dono da Obra, e 1 (um) registo informático de todos esses documentos escritos e desenhos, elaborados respetivamente em Word/Excel/PDF e AutoCad (formato AUTOCAD 2020 ou compatível), em conformidade com o que for aplicável na respetiva Especificação anexa a este Caderno de Encargos.

2 – Entre os desenhos a atualizar, completar ou executar de acordo com os tipos e marcas de material efetivamente fornecido ou montado, contam-se:

- a) Desenho de implantação geral subdividido em zonas devidamente referenciadas;
- b) Desenhos de pormenor das zonas referenciadas no desenho anterior, incluindo atravessamentos com infraestruturas existentes;
- c) Desenhos com os traçados reais das tubagens em planta e perfil;
- d) Plantas e cortes com os traçados reais de cabos quer de potência, quer de sinalização, quer de comando;
- e) Desenhos de construção dos quadros elétricos;
- f) Esquemas de construção dos quadros elétricos;
- g) Esquemas elétricos e planos de terminais dos quadros elétricos;
- h) Plantas, cortes e pormenores de construções executadas;
- i) Desenhos de pormenor de todos os órgãos e edifícios constituintes do sistema incluindo os equipamentos.

3 – Com os elementos listados no ponto 2 da presente cláusula deste Caderno de Encargos serão também entregues 2 (dois) exemplares dos relatórios com os resultados dos ensaios, do volume ou volumes das medições de todos os trabalhos da Empreitada conforme hajam sido executados, organizados segundo a discriminação dos correspondentes volumes dos Projetos e com apresentação semelhante à destes últimos tendo em conta as indicações que sobre essa organização sejam dadas pelo Dono da Obra.

4 – As correções que resultem da respetiva revisão final serão introduzidas nos desenhos e volumes de medições.

CAPÍTULO XIX

RECEÇÃO PROVISÓRIA

Cláusula 94.^a

Vistoria e auto de receção

1 – A Receção Provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada, mediante solicitação do Empreiteiro ou por iniciativa do Dono da Obra, logo que a Empreitada esteja concluída no todo ou em partes, nos termos do disposto no ponto 2 desta cláusula do presente Caderno de Encargos.

2 – O Dono da Obra poderá aceitar Receções Provisórias Parciais da “Obra” ou das partes da mesma, que estiverem em condições de ser recebidas, desde que suscetíveis de uso independente e autonomizável. Neste contexto, aplicar-se-á o disposto no presente conjunto de cláusulas a cada uma das receções parciais.

3 – Da vistoria é lavrado auto, assinado pelos representantes do Dono da Obra e do Empreiteiro, que deve declarar se a obra está, no todo ou em parte, em condições de ser recebida.

4 – O auto a que se refere o ponto anterior deve conter informação sobre:

- a) O modo como se encontram cumpridas as obrigações contratuais e legais do Empreiteiro, identificando, nomeadamente, os defeitos da obra;
- b) O modo como foi executado o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, nos termos da legislação aplicável;
- c) Quaisquer condições que o Dono da Obra julgue necessário impor, nos termos do CCP ou da lei, bom como o prazo para o seu cumprimento.

5 – Constitui uma das condições necessárias para aceitação por parte do Dono da Obra do pedido de Receção Provisória, a entrega pelo Empreiteiro e a respetiva aprovação por parte daquela entidade dos seguintes fornecimentos:

- a) Preenchimento das fichas de cadastro relativas a câmaras de visita, descargas de fundo, ventosas, câmaras de transição, ou quaisquer outras obras especiais, em formato “Excel” a fornecer pelo Dono da Obra;
- b) Toda a documentação (incluindo certificados) necessária para a verificação, ensaios de carga e demais exigências previstas na legislação em vigor, designadamente os Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho e Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.
- c) Telas finais de acordo com a cláusula 92.^a do presente Caderno de Encargos.
- d) Toda a documentação relevante da obra, nomeadamente os registos previstos no PGA (incluindo a demonstração da correta execução do PPGRCD), registos do controlo de Qualidade em Obra, Especificações Técnicas dos Materiais e Equipamentos, entre outros, que permitindo ao CSO e Fiscalização a elaboração da Compilação Técnica e das Fichas de cadastro de todos os elementos da obra, sem prejuízo do disposto na alínea a) da presente cláusula;
- e) Verificações nos termos do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

6 – O Dono da Obra pode recusar a Receção Provisória da obra enquanto a entidade executante não prestar os elementos necessários à elaboração da Compilação Técnica, de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

7 – No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam, no todo ou em parte, a Receção Provisória da mesma, a especificação de tais defeitos no auto nos termos do disposto na alínea a) do ponto 4 da presente cláusula é acrescida da declaração de não receção da obra ou da parte da mesma que não estiver em condições de ser recebida e dos respetivos fundamentos.

8 – Caso o Dono da Obra se recuse a assinar o auto, a obra não é recebida no todo ou em parte.

9 – A recusa injustificada do Dono da Obra em assinar o auto de Receção Provisória na sequência da vistoria tem os efeitos previstos no direito civil para a mora do credor.

10 – Se a obra estiver, no todo ou em parte, em condições de ser recebida, a assinatura do Auto de Receção nos termos do disposto nos números anteriores autoriza, no todo ou em parte, a abertura da obra ao uso público ou a sua entrada em funcionamento e implica, sendo caso disso, a sua transferência para o domínio público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o Empreiteiro.

11 – No caso de, na vistoria referida no ponto 1 da presente cláusula deste Caderno de Encargos, não serem detetadas deficiências, proceder-se-á à Receção Provisória da “Obra”, elaborando-se o respetivo auto de receção com a data em que o Dono da Obra verificou que a “Obra” se encontrava concluída, data em que se inicia o Prazo de Garantia, indicado na cláusula 99.^a deste Caderno de Encargos.

12 – O procedimento de Receção Provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 95.^a

Defeitos da obra

1 – O auto que declare a não receção da obra, no todo ou em parte, em virtude de defeitos da obra detetados na vistoria é notificado ao Empreiteiro, sendo-lhe concedido um prazo razoável para os corrigir.

2 – O prazo fixado para correção de defeitos da obra que se revele necessária após a realização de vistoria não começa a contar antes do decurso do prazo para apresentação de reclamação ou reservas pelo Empreiteiro ou do Dono da Obra que sobre elas incida.

3 – Se a correção dos defeitos ordenada não for executada no prazo fixado, o Dono da Obra pode optar pela execução dos referidos trabalhos, diretamente ou por intermédio de terceiros, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 a 4 do artigo 325.º do CCP.

4 – Na situação prevista no ponto anterior, o Dono da Obra tem direito a aplicar as sanções previstas na cláusula 105.^a do presente Caderno de Encargos.

5 – Logo que os trabalhos de correção de defeitos estejam concluídos, há lugar a novo procedimento de Receção Provisória.

Cláusula 96.^a

Elaboração da conta final da “Obra”

1 – A conta final da empreitada é elaborada no prazo de 2 (dois) meses após a primeira revisão ordinária de preços subsequentes à Receção Provisória, nos termos e condições previstos nos artigos 399.º e seguintes do CCP.

2 – Se não houver lugar à revisão ordinária de preços, o prazo a que se refere o número anterior inicia-se na data da Receção Provisória.

3 – Os trabalhos e os valores em relação aos quais existam reclamações pendentes de decisão são liquidados à medida que aquelas forem definitivamente decididas.

Cláusula 97.^a

Termo do contrato

1 – O “Termo do Contrato” depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada, mediante solicitação do Empreiteiro ou por iniciativa do Dono da Obra.

2 – Da vistoria é lavrado auto, assinado pelos representantes do Dono da Obra e do Empreiteiro, que deve declarar se o contrato está em condições de ser concluído.

3 – O auto a que se refere a cláusula anterior deve contar informação sobre:

- a) O modo como se encontram cumpridas as obrigações contratuais e legais do Empreiteiro, identificando, nomeadamente os desvios às garantias de execução e situações de incumprimento legal;
- b) Quaisquer condições que o Dono da Obra julgue necessário impor, nos termos do CCP ou da lei, bem como o prazo para o seu cumprimento.

4 – No caso de serem identificadas situações que impeçam, no todo ou em parte, o “Termo do Contrato”, a especificação das mesmas no auto nos termos do disposto na alínea a) do ponto 3 da presente cláusula é acrescida da declaração de “contrato não concluído” e dos respetivos fundamentos.

5 – A recusa injustificada do Dono da Obra em assinar o auto de “Termo do Contrato” na sequência da vistoria tem os efeitos previstos no direito civil para a mora do credor.

6 – No caso de, na vistoria referida no ponto 1 desta cláusula, não serem detetadas situações impeditivas do “Termo do Contrato”, proceder-se-á ao “Termo do Contrato”,

elaborando-se o respetivo auto com a data em que o Dono da Obra verificou que o mesmo estava em condições de ser concluído.

CAPÍTULO XX

PRAZO DE GARANTIA

Cláusula 98.^a

Disposições gerais

1 – O Prazo da Garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 (dez) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) 5 (cinco) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) 2 (dois) anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 – Caso tenham ocorrido Receções Provisórias Parciais, o Prazo de Garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo Dono da Obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

3 – Se, quanto aos bens referidos na alínea c) do ponto 1 desta mesma cláusula, o Empreiteiro beneficiar de Prazo de Garantia superior ao previsto neste preceito face aos terceiros a quem os tenha adquirido, é esse o Prazo de Garantia a que fica vinculado.

4 – O Empreiteiro tem a obrigação de corrigir, imediatamente e a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados e de substituir os materiais e, ou equipamentos com deficiências que sejam identificados até ao termo do Prazo de Garantia, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o previsto no Contrato.

5 – Excetuam-se do disposto do ponto 4 da presente cláusula, as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

6 – Se o Empreiteiro não cumprir com a execução de qualquer trabalho exigido, o Dono da Obra ou seu representante em conformidade com o disposto no ponto 4 da presente

cláusula, terá o direito de empregar e pagar a outras pessoas para executar os mesmos. Todas as despesas consequentes deste trabalho ou que incidirem sobre o mesmo deverão ser reembolsados pelo Empreiteiro ao Dono da Obra, ou poderão ser deduzidas por este último de quaisquer dinheiros que estejam em dívida ou possam vir a ser devidos ao Empreiteiro.

7 – Sempre que haja lugar à execução de trabalhos previsto no ponto anterior, o Prazo de Garantia será protelado pelo tempo necessário para que sejam satisfeitas as garantias de funcionamento.

8 – Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, o Dono da Obra pode, sem custos adicionais, exigir ao Empreiteiro que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.

9 – Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprindo o disposto no ponto anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos na sua parte final, o Dono da Obra pode exigir a redução do preço e tem direito de ser indemnizado nos termos gerais.

Cláusula 99.^a

Receção definitiva

1 – No final de cada Prazo de Garantia previsto no ponto 1 da anterior cláusula deste Caderno de encargos, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de Receção Definitiva.

2 – Se a vistoria referida no número anterior permitir que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 – A Receção Definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratualmente previstas;

- b) Cumprimento, pelo Empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 – No caso de a vistoria referida no ponto 1 da presente cláusula permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do Empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o Dono da Obra fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do Empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma vistoria nos termos dos números anteriores.

5 – São aplicáveis à vistoria e ao Auto de Receção Definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo Dono da Obra, os preceitos que regulam a Receção Provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

Cláusula 100.^a

Restituição dos depósitos e quantias retidas

1 – Feita a Receção Definitiva da Obra, são restituídas ao Empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 – Verificada a inexistência de defeitos da prestação do Empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da libertação de caução, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não libertação, o Dono da Obra promove a libertação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

- a) No final do primeiro ano, 30% do valor da caução;
- b) No final do segundo ano, 30% do valor da caução;
- c) No final do terceiro ano, 15% do valor da caução;
- d) No final do quarto ano, 15% do valor da caução;
- e) No final do quinto ano, os 10% restantes.

3 – Nos termos do n.º 2 do artigo 397.º do CCP, a libertação parcial da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante a cada um dos conjuntos de elementos que compõem a obra, designadamente estruturais, construtivos não estruturais e instalações técnicas e equipamentos, a que correspondem prazos de garantia diferentes.

4 – Caso tenham ocorrido Receções Provisórias Parciais, o disposto no ponto 3 da presente cláusula é aplicável a cada uma das partes da obra correspondentes a essas receções.

5 – Decorrido o prazo fixado para a libertação da caução sem que esta tenha ocorrido, o Empreiteiro pode notificar o Dono da Obra para que este cumpra a obrigação de libertação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 (quinze) dias após a notificação, o Dono da Obra não tiver cumprido a referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

6 – A mora na libertação, total ou parcial, da caução confere ao Empreiteiro o direito de indemnização, designadamente pelos custos adicionais por este incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

7 – Nos casos em que a caução tenha sido prestada por depósito em dinheiro ou o reforço da garantia tenha sido efetuado em numerário, o Empreiteiro terá direito a exigir juros de mora calculados desde a data em que o Dono da Obra deveria ter restituído as quantias retidas.

8 – Por requerimento do Empreiteiro, o Dono da Obra pode autorizar a substituição da caução que tenha sido prestada desde que fiquem salvaguardados os pagamentos já efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 90.º do CCP.

9 – Da substituição a que se refere o ponto anterior não pode resultar a diminuição das garantias do contraente público.

10 – As cauções prestadas pelo Empreiteiro podem ser executadas pelo Dono da Obra, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no Contrato;
- b) Prejuízos incorridos pelo Dono da Obra, por força do incumprimento do Contrato;
- c) Prejuízos incorridos pelo Dono da Obra, por força do incumprimento do Contrato;
- d) Importância fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

11 – A execução parcial ou total de caução prestada pelo Empreiteiro implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação pelo Dono da Obra para esse efeito.

12 – A execução indevida da caução confere ao Empreiteiro o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.

CAPÍTULO XXI

SUBEMPREITADAS

Cláusula 101.^a

Subempreitadas na fase de execução

1 – Sem prejuízo das limitações legalmente estabelecidas, o Empreiteiro pode recorrer à subcontratação de terceiras entidades para a execução das atividades integradas no objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido nos artigos 316.º a 321.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, com as especialidades previstas nos números seguintes.

2 – A mesma atividade pode ser subcontratada a distintas entidades, nomeadamente a elaboração de projetos ou a execução de Obras de Construção, desde que estas se encontrem devidamente habilitadas para a sua execução nos termos da legislação aplicável.

3 – A subcontratação está sujeita ao cumprimento das disposições legais aplicáveis e á autorização do Dono da Obra e depende da apresentação, pelo Empreiteiro, dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado nos termos em que tenham sido exigidos ao subcontratante do Programa deste Concurso.

4 – O Empreiteiro comunica antecipadamente as minutas de todos os contratos a celebrar com entidades a subcontratar e, nomeadamente aos que tenham por objeto a execução de obras, podendo o Município recusar a subcontratação quando haja fundado receio de que esta implique um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

5 – A contratação de terceiros ao abrigo da presente Cláusula não exime o Empreiteiro da responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de qualquer das suas obrigações

perante o Dono da Obra, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, nos termos da Cláusula 112.^a do presente Caderno de Encargos.

6 – No caso de celebração de contratos com terceiros, não são oponíveis ao Dono da Obra quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo Empreiteiro com terceiras entidades.

7 – Os contratos a celebrar com terceiros não podem ter um prazo de duração ou produzir efeitos para além da vigência do Contrato.

8 – O Empreiteiro deve inserir nos contratos que celebre com terceiros para execução de atividades incluídas no âmbito do objeto contratual as seguintes cláusulas:

- a) Reserva expressa ao Dono da Obra da faculdade de se substituir ao Empreiteiro, por cessão da posição contratual ou outro meio legalmente admissível;
- b) Possibilidade de acesso pelo Dono da Obra ou por quem este designar aos espaços de intervenção dos terceiros.

9 – Os terceiros vinculam-se perante o Empreiteiro com as mesmas obrigações que o Empreiteiro assume perante o Dono da Obra, na medida do aplicável.

10 – O Empreiteiro fica dispensado da observância dos procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e das Diretivas da União Europeia caso, na respetiva proposta, tenha indicado os empreiteiros, fornecedores de bens móveis e prestadores de serviços a que pretenda subcontratar a execução de obras, a aquisição de bens móveis e a aquisição de serviços, independentemente da natureza destes.

11 – O Empreiteiro fica igualmente dispensado da observância dos procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e das Diretivas da União Europeia quando tenha cumprido o previsto no número anterior e pretenda alterar, durante a execução do Contrato, os subcontratados indicados na proposta, desde que o Dono da Obra autorize.

12 – Caso não se verifique o previsto nos dois números anteriores, o Empreiteiro deverá observar os procedimentos pré-contratuais previstos no CCP, na sua atual redação, e das Diretivas da União Europeia, quando o preço dos contratos a celebrar atinja os limiares financeiros previstos nestas Diretivas.

Cláusula 102.^a

Oposição e recusa de autorização à subempreitada

1 – O Dono da Obra pode sempre opor-se ou, nos casos previstos no ponto anterior da presente cláusula, recusar a autorização à subempreitada quando não sejam observados os limites fixados no artigo 383.º e com os fundamentos previstos no artigo 320.º do CCP.

2 – Sempre que a oposição ou a recusa de autorização se fundamentem na inobservância dos limites fixados no artigo 383.º do CCP, o Dono da Obra deve comunicar esse facto ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO XXII SANÇÕES

Cláusula 103.^a

Disposições gerais

1 – O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por factos não resultantes de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pelo Dono da Obra, pode determinar a aplicação de penalidades ao prestador de serviços, calculados diariamente, pela aplicação, ao valor da prestação de honorários da fase em curso, das seguintes permilagens:

- a) 1 ‰ (um por mil), nos primeiros quinze dias;
- b) 2 ‰ (dois por mil), a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
- c) 3 ‰ (três por mil), a partir do trigésimo e até ao quadragésimo quinto dia; e
- d) 4 ‰ (quatro por mil), a partir do quadragésimo sexto dia.

2 – Em caso de resolução do Contrato por incumprimento imputável ao Empreiteiro, o Dono da Obra pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 10% (dez por cento) do valor de honorários vincendos.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Empreiteiro ao abrigo do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do Contrato.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Dono da Obra tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Empreiteiro e as consequências do incumprimento.

5 – Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao Empreiteiro o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

6 – O Dono da Obra pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Dono da Obra exija uma indemnização pelo dano excedente.

8 – A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula não poderá ultrapassar os limites previsto no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

9 – Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o Empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o período correspondente à mora.

10 – Em caso de desacordo sobre o montante devido pagos nos termos do número anterior aplicar-se-á o estabelecido no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 104.^a

Sanções por violação dos prazos contratuais

1 – Em caso de atraso no início ou na conclusão da elaboração do projeto de execução ou da execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, o Dono da Obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso em valor correspondente a 1 ‰ (um por mil), do preço contratual.

2 – Para o efeito do disposto no ponto anterior, não se considera que o Empreiteiro deu início à execução da empreitada enquanto não estiverem afetados à obra todos os meios previstos no Plano de Trabalhos em vigor.

3 – Para efeitos do disposto no ponto 2 da presente cláusula, entende-se que os meios a utilizar pelo Empreiteiro no início dos trabalhos são os previstos no Plano de Trabalhos em vigor.

4 – No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de conceção e execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, é aplicável o disposto no ponto 1 da presente cláusula, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

5 – O Empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da empreitada, quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato. Nas situações em que existam partes da Obra que sejam suscetíveis de uso independente e autonomizável e que sejam objeto de Receção Provisória Parcial, o Empreiteiro não terá direito ao reembolso das sanções aplicáveis a essa parte da Obra rececionada.

Cláusula 105.^a

Sanções por não execução dos trabalhos complementares

1 – Aos casos em que o Empreiteiro se recusa a executar os trabalhos complementares e a justificação para esse facto não tenha sido aceite, aplica-se uma sanção pecuniária compulsória, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ (um por mil) do preço contratual, de acordo com o previsto na cláusula 79.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 106.^a

Sanções por não execução da correção das deficiências detetadas

1 – No caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações estabelecidas na cláusula 96.^a do presente Caderno de Encargos, o Dono da Obra aplicará uma sanção no valor correspondente aos trabalhos executados, de acordo com o disposto no ponto 3 da cláusula 94.^a do presente Caderno de Encargos, para a correção das deficiências detetadas.

Cláusula 107.^a

Sanções por violações no âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho

1 – Por cada não conformidade detetada nas auditorias previstas na cláusula 72.^a deste Caderno de Encargos, o Dono da Obra pode aplicar ao Empreiteiro uma sanção pecuniária

de valor máximo de € 250.00 (duzentos e cinquenta euros). Quanto a não conformidade detetada nas auditorias previstas na cláusula 72.^a for classificada como “grave”, o Dono da Obra pode aplicar ao Empreiteiro uma sanção pecuniária de valor máximo de € 500,00 (quinhentos euros). As sanções pecuniárias referidas elevam-se para o dobro no caso de não serem corrigidas nos prazos estabelecidos pela Fiscalização e a justificação apresentada pelo Empreiteiro para esse incumprimento não ser aceite.

2 – Pela não comunicação de acidente de trabalho nos prazos estabelecidos na cláusula 72.^a, o Dono da Obra aplica ao Empreiteiro uma sanção pecuniária no valor de € 500,00 (quinhentos euros).

3 – A aplicação das sanções previstas nos pontos 1 e 2 da presente cláusula serão precedidas de audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo, termos em que as sanções só serão descontadas nas prestações vincendas após a realização da audiência prévia e deliberação do ato administrativo da sua aplicação.

4 – Para efeitos do disposto no ponto anterior, a Entidade Adjudicante determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e notifica os interessados para dizerem o que se lhes oferecer, no prazo de 10 (dez) dias ou outro superior se expressamente definido na referida notificação.

5 – A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.

Cláusula 108.^a

Sanções por violações no âmbito do controlo ambiental

1 – Por cada não conformidade detetada nas auditorias previstas na cláusula 74.^a, o Dono da Obra pode aplicar ao Empreiteiro uma sanção pecuniária de valor máximo de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). Quando a não conformidade detetada nas auditorias previstas na cláusula 74.^a forem classificadas como “grave”, o Dono da Obra pode aplicar ao Empreiteiro uma sanção pecuniária de valor máximo de € 500,00 (quinhentos euros). As sanções pecuniárias referidas elevam-se para o dobro no caso de não serem corrigidas nos

CADERNO DE ENCARGOS

prazos estabelecidos pela Fiscalização e a justificação apresentada pelo Empreiteiro para esse incumprimento não ser aceite.

2 – A aplicação das sanções previstas no ponto anterior, serão precedidas de audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo, termos em que as sanções só serão descontadas nas prestações vincendas após a realização da audiência prévia e deliberação do ato administrativo da sua aplicação.

3 – Para efeitos do disposto no ponto anterior, a Entidade Adjudicante determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e notifica os interessados para dizerem o que se lhes oferecer, no prazo de 10 (dez) dias ou outro superior se expressamente definido na referida notificação.

4 – A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, incluindo também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.

Cláusula 109.^a

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao Empreiteiro, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Empreiteiro ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Empreiteiro de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Empreiteiro de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Empreiteiro cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Empreiteiro não devidas a sabotagem;
- g) Ocorrência de epidemias que não sejam declaradas pandemias;
- h) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 110.^a

Resolução sancionatória

1 – Além dos casos expressamente previstos neste Caderno de Encargos, o Dono da Obra pode resolver o Contrato em caso de violação reiterada ou grave, pelo Empreiteiro, das obrigações contratuais que sobre si impedem, nomeadamente nos seguintes casos:

- a) Apresentação à insolvência pelo Empreiteiro ou declaração de insolvência por Tribunal;
- b) Prestação de falsas declarações ou recusa grave ou reiterada de prestação de informação ou de colaboração com o Dono da Obra ou a entidade por este incumbida da fiscalização;
- c) Desvio do objeto do Contrato;
- d) Desobediência grave ou reiterada a determinações do Dono da Obra diretamente relacionadas com a execução do Contrato;

- e) Atraso significativo na conclusão dos trabalhos de construção, considerando-se, para este efeito, como significativo um atraso superior a 20% dos prazos previstos para cada uma daquelas fases de execução do Contrato;
- f) Iminência ou ameaça de execução de eventuais garantias reais que onerem os bens Imóveis por parte das Entidades Financiadoras;
- g) Suspensão, total ou parcial, pelo Empreiteiro das atividades previstas no Caderno de Encargos;
- h) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo Empreiteiro, das atividades objeto do Contrato, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo Contrato;
- i) Incapacidade do Empreiteiro no alcance dos objetivos essenciais subjacentes ao Contrato;
- j) Recusa ou impossibilidade do Empreiteiro em retomar o contrato na sequência de sequestro;
- k) Repetição, após a retoma do Contrato, das situações que motivaram o sequestro;
- l) Obstrução ao sequestro;
- m) Sequestro da adjudicação pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo Contrato;
- n) Falta de prestação ou de reposição da caução nos termos e prazos previstos.

2 – Sendo a causa de resolução sanável, o Dono da Obra não pode resolver o Contrato sem que antes conceda ao Empreiteiro um prazo razoável e adequado para sanar a falta.

3 – Findo o prazo concedido pelo Dono da Obra sem que tenha sido sanada a falta, aquele comunica ao Empreiteiro a decisão sobre a resolução do Contrato, que produz efeitos imediatos.

4 – A resolução sancionatória determina a perda da caução a favor do Dono da Obra, sem prejuízo da indemnização a que haja lugar por danos excedentes devidamente comprovados e de outras consequências estabelecidas no Caderno de Encargos.

5 – Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Dono da Obra e as Entidades Financiadoras, o direito destas de intervir nas situações de iminência de resolução do Contrato, pelo Dono da Obra, esta apenas pode ter lugar depois de o Dono da Obra notificar a sua intenção às Entidades Financiadoras.

6 – Sem prejuízo da observância do procedimento previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, a notificação ao Empreiteiro da

CADERNO DE ENCARGOS

decisão de resolução produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

Cláusula 111.^a

Resolução não sancionatória

1 – O Dono da Obra pode resolver o Contrato, independentemente de incumprimento do prestador do serviço, nos seguintes casos:

- a) Por imperativo de interesse público, devidamente fundamentado;
- b) Em virtude de alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

2 – A resolução do Contrato pelas causas referidas no número anterior confere ao Empreiteiro o direito a compensação nos termos gerais.

3 – O Dono da Obra deve notificar o Empreiteiro com a antecedência mínima de três meses sobre a data em que pretende exercer o direito previsto nesta Cláusula ou, em caso de imprevisão que impossibilite tal antecedência, logo que seja possível.

Cláusula 112.^a

Resolução por parte do Dono da Obra

1 – Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o Dono da Obra pode resolver o Contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao Empreiteiro das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do Código dos Contratos Públicos e ainda consagradas outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Empreiteiro, a saber:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao Empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do Empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do Empreiteiro ao exercício dos poderes de Fiscalização do Dono da Obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizada com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo Empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo Dono da Obra contrarie o princípio da boa-fé;

- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo Empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo Empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O Empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o Empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo Dono da Obra, o Empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo Dono da Obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo Dono da Obra;
- k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao Empreiteiro que seja superior a 1/40 (um, quarenta avos) do Prazo de Execução da obra;
- l) Se o Empreiteiro não der início à execução dos trabalhos complementares decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo Dono da Obra por facto imputável ao Empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- n) Se ocorrerem desvios ao Plano de Trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no Período de Garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 – Nos termos do n.º 9 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, em caso de não comprovação da renovação do contrato de seguro de responsabilidade civil que o Coordenador de Projeto, Autores de Projeto e Diretor de Obra são obrigados a deter nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, o Dono da Obra pode resolver o Contrato, considerando existir incumprimento definitivo do mesmo por causa exclusivamente imputável, respetivamente, ao Coordenador de Projeto, Autores de Projeto e ao Diretor da Obra.

3 – Nos casos previstos no ponto anterior, havendo lugar a responsabilidade do Empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o Dono da Obra poder executar as garantias prestadas.

4 – A falta de pagamento da indemnização prevista no ponto anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao Empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

5 – No caso previsto no número anterior, o Dono da Obra pode exigir ao Empreiteiro, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

6 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do Contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo Empreiteiro, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5% do preço contratual.

7 – Considera-se incumprimento definitivo do Contrato, imputável ao Empreiteiro, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do Contrato a celebrar.

8 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Dono da Obra tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

9 – A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

10 – O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Dono da Obra, não preclui o direito de o mesmo vir a ser ressarcido pelos prejuízos que lhe avierem da conduta do Empreiteiro nos termos gerais do direito.

11 – O Dono da Obra, independentemente da conduta do Empreiteiro, reserva-se, ainda, o direito de resolver o Contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do Código dos Contratos Públicos.

12 – A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção., com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 113.^a

Resolução por parte do empreiteiro

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Empreiteiro pode resolver o Contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros, conforme a alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Se por facto imputável ao Dono da Obra, não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada dos projetos, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato, ou de 90 (noventa) dias, se aquele for inferior a este lapso de tempo, e desde que demonstrado pelo Empreiteiro que a manutenção do contrato causa grave prejuízo;
- c) Se se verificar a suspensão da eficácia do Contrato por período superior a 180 (cento e oitenta) dias por causa não imputável ao Empreiteiro;
- d) Por razões imputáveis ao Dono da Obra, as obras não tenham sido iniciadas no prazo de 3 (três) anos após a data de entrega dos projetos de execução objeto deste Contrato;
- e) A impossibilidade de cumprimento de algumas das cláusulas contratuais por parte do Dono da Obra, possa gerar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;
- f) Ocorra o incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao Dono da Obra.
- g) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- h) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Dono da Obra;
- i) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do Dono da Obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do Contrato;
- j) Incumprimento pelo Dono da Obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato;
- k) Se não for feita consignação da obra no prazo de 6 (seis) meses contados da data da celebração do Contrato por facto não imputável ao Empreiteiro;

- l) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 (cento e vinte) dias, seguidos ou interpolados;
- m) Se, avaliados os trabalhos complementares, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao Empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% (vinte por cento) do Preço Contratual;
- n) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i. Por período superior a 1/5 (um quinto) do Prazo de Execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii. Por período superior a 1/10 (um décimo) do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao Dono da Obra;
- o) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% (vinte por cento) do Preço Contratual.

2 – No caso previsto na alínea a) do ponto anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira.

3 – O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 – No caso previsto na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Empreiteiro, ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

5 – Nos casos previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Dono da Obra, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

6 – A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Empreiteiro, cessando, porém, todas as obrigações deste

ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

7 – Verificando-se a resolução do Contrato por facto imputável ao Dono da Obra, terá o Empreiteiro direito às seguintes indemnizações:

- a) O quantitativo correspondente ao valor dos honorários atribuível ao trabalho na fase em curso;
- b) 10% (dez por cento) das fases que se seguem.

Cláusula 114.^a

Sequestro

1 – Em caso de incumprimento grave pelo Empreiteiro de obrigações contratuais, ou estando o mesmo iminente, o Dono da Obra pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades contratadas.

2 – O sequestro pode ter lugar, designadamente, nas seguintes situações:

- a) Quando ocorra ou esteja iminente a cessação ou suspensão, total ou parcial, de atividades contratadas;
- b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento das atividades contratadas que comprometem a continuidade ou a regularidade daquelas atividades ou a integridade e segurança de pessoas e bens.

3 – Verificada a ocorrência de uma situação que pode determinar o sequestro do contrato, o Dono da Obra notifica o Empreiteiro para, em prazo razoável, cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou reparar as consequências dos seus atos, exceto tratando-se de uma violação não sanável.

4 – Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Dono da Obra e as Entidades Financiadoras, o direito destas de intervir no Contrato nas situações de iminência de sequestro do Contrato pelo Dono da Obra, este pode ter lugar depois de o Dono da Obra notificar a sua intenção às Entidades Financeiras.

5 – Em caso de sequestro, o Empreiteiro, suporta os encargos do desenvolvimento das atividades contratadas, bem como quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade do contrato.

6 – O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário pelo Dono da Obra, com o limite máximo de um ano, sendo o Empreiteiro notificado pelo Dono da Obra para retomar o desenvolvimento das atividades concedidas, na data que lhe for fixada.

7 – Se o Empreiteiro não puder ou se se opuser a retomar o desenvolvimento das atividades contratadas ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se os factos que deram origem ao sequestro, o Dono da Obra pode resolver o Contrato.

Cláusula 115.^a

Caducidade

1 – O contrato caduca quando se verificar o fim do prazo, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza, se destinem a perdurar para além daquela data.

2 – O Dono da Obra não é responsável pelos efeitos da caducidade do Contrato nas relações contratuais estabelecidas entre o Empreiteiro e terceiros.

CAPÍTULO XXIII

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 116.^a

Caução

1 – No caso do presente contrato, deve ser exigida ao Empreiteiro a prestação de uma caução de 5% do preço contratual, de acordo com o nº 1 do artigo 88º e nº 1 do artigo 89º, do CCP.

2 – O reforço de caução será de 5% de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 353.º do CCP.

Cláusula 117.^a

Seguros

1 – É da responsabilidade do Empreiteiro e dos seus subcontratados a cobertura, através de contrato de seguro, dos danos patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos,

omissões ou negligência por ele cometidos quer no decurso da sua atividade de projetista – no decurso da elaboração do projeto, quer na sua atividade de construção do edificado.

2 – O Empreiteiro deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis em vigor à data da celebração do Contrato.

3 – O Empreiteiro deve assegurar a existência de apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos do contrato, emitidas por seguradores e nos termos aceites pelo Dono da Obra.

4 – Deve, nomeadamente, estar permanentemente garantida a vigência dos seguintes seguros:

a) De responsabilidade civil, cobrindo os prejuízos causados a terceiros pela execução do presente Contrato, além de todos os riscos habituais próprios desta modalidade de seguro, as seguintes garantias adicionais:

- i. Inclusão de cláusula especial de Responsabilidade Civil Cruzada, dado o envolvimento de todas as entidades seguras, nomeadamente o Dono da Obra, Empreiteiro e subempreiteiros intervenientes;
- ii. Danos causados a estruturas, edifícios e seus ocupantes e terrenos, vizinhos ao local da obra, pertencentes a terceiros;
- iii. Danos causados a cabos, tubagens e serviços enterrados;
- iv. Danos causados por poluição/contaminação accidental;
- v. Danos causados a colheitas, bosques e culturas agrícola;
- vi. Danos causados por uso de explosivos, sempre que o empreiteiro preveja o recurso/utilização dos mesmos;
- vii. A garantia referente a esta secção será válida desde o início dos trabalhos até dois anos após a data da Receção Provisória;
- viii. As perdas ou danos abrangidos pela presente secção serão cobertos até ao limite de € 2.000.000,0 (dois milhões de euros) por sinistro.

b) Contra qualquer tipo de sinistro que cubra, pelo seu valor real, o valor de reposição dos edifícios, dos equipamentos, infraestruturas, instalações, danos em obra e outros dispositivos intrinsecamente associados ao Contrato; esta seção da apólice incluirá, além de todos os riscos habituais próprios desta modalidade de seguro técnico, as seguintes garantias adicionais:

- i. Danos em consequência de riscos de força maior da natureza, incluindo riscos de natureza sísmica;
 - ii. Danos decorrentes de erro ou omissão de conceção de Projeto, de desenho ou de cálculo da responsabilidade do Empreiteiro;
 - iii. Danos resultantes de greves, assaltos, tumultos, atos de malvadez e sabotagem;
 - iv. Despesas com remoção de escombros, em caso de sinistro;
 - v. Despesas em regime extraordinário, transportes especiais e frete aéreo, em caso de sinistro;
 - vi. Perdas ou danos acidentais decorrentes de operações de manutenção a cargo do Empreiteiro ou originados por deficiência ocorridos durante a construção ou as montagens;
 - vii. Danos a bens existentes propriedade do Dono da Obra;
 - viii. Danos em consequência de risco de fabricante, decorrentes de erro ou deficiência de conceção, de fabrico ou de montagem em fábrica das peças ou equipamentos instalados na obra;
 - ix. Honorários de técnicos e peritos;
 - x. O capital a segurar exigido para a presente seção é o correspondente ao valor da empreitada adjudicada, sujeito à revisão final que não ultrapassará os 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
- c) Seguro contra acidentes de trabalhos e doenças profissionais relativamente a todos os seus trabalhadores;
- d) Seguros relativos aos meios de transporte postos à disposição do seu pessoal e por estes utilizados, bem como de todo o pessoal nele transportado, para além de danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro. A apólice será válida para toda a frota de veículos de locomoção própria do Empreiteiro e subempreiteiros, que circulem na via pública ou no local das obras, sejam veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, considerando as exigências legais de Responsabilidade Civil Automóvel (riscos de circulação), sendo que deve considerar o capital a segurar de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros)/viatura.
- e) Seguro de danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro:
- i. O Empreiteiro terá de subscrever uma apólice própria para os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios;

- ii. Para os bens imóveis será exigida uma garantia de seguro cobrindo, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos; o capital seguro deve corresponder ao respectivo valor patrimonial;
- iii. O capital a segurar, para garantir os danos próprios dos equipamentos e máquinas auxiliares, deve corresponder ao valor de reposição em novo de cada máquina.

5 – O Empreiteiro deverá apresentar ao Dono da Obra as apólices de seguros indicadas nos pontos seguintes, com coberturas bastantes e atas adicionais em que, de forma inequívoca, as seguradoras declarem manter em vigor, pelos períodos contratados, as apólices exibidas, bem como não as poder suspender, anular e/ou modificar franquias ou coberturas, sem conhecimento prévio do Dono da Obra, transmitido em carta registada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6 – Sempre que ocorra um sinistro participado à seguradora, será obrigatória a reposição automática de capital em todas as apólices e rubricas que o vejam reduzido, no valor equivalente ao volume das indemnizações líquidas ou previstas, obrigando-se o tomador do seguro a pagar o sobre prémio respectivo e a seguradora a aceitar essa reposição.

7 – O Empreiteiro, seus subempreiteiros e a sua seguradora devem renunciar a qualquer possível direito de sub-rogação contra o Dono da Obra.

8 – No caso de a minuta de alguma das apólices previstas previstos nos pontos seguintes não ser definitivamente aprovada, por escrito, pelo Dono da Obra, em virtude de não cobrir, no todo ou em parte, os riscos previstos no Caderno de Encargos, o Empreiteiro suportará quaisquer danos que devessem estar cobertos por tal apólice e que por ela estejam abrangidos.

9 – O Empreiteiro deve manter válidas as apólices, nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios, pelo valor que lhe seja debitado pelas seguradoras, devendo remeter ao Município cópia simples de todas as apólices em vigor e sempre que sejam contratadas ou alteradas.

10 – Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquias em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do Empreiteiro.

11 – Em caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o Dono da Obra reserva-se o direito de se substituir àquele, constituindo-se credor do Empreiteiro relativamente a todos os encargos envolvidos e/ou suportados, podendo compensar o pagamento das quantias em dívida pelos pagamentos devidos na execução do objeto do contrato.

12 – Decorrente no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, no momento da celebração do Contrato, conjuntamente com a declaração de titularidade de alvará, o Empreiteiro terá que fazer prova dos documentos exigidos para o Diretor de Obra nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, designadamente o comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido, nos termos do artigo 24.º, todos do Decreto-Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

CAPÍTULO XXIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 118.ª

Modificação do contrato

1 – O contrato pode ser objeto de modificação por decisão unilateral do Município ou por recurso a decisão arbitral, nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 311.º e 3012.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

2 – Para além do permanente dever de atualização tecnológica que impende sobre o Empreiteiro, independentemente de a origem desse dever ser endógena ou exógena às condições de execução do Contrato, constituem, designadamente, fundamentos da modificação:

- a) A necessidade de serviços ou trabalhos complementares por circunstâncias imprevistas desde que o custo não seja superior a 10% do valor “total do investimento em ativo fixo” constantes do Anexo I deste Caderno de Encargos, e que, por razões económicas, técnicas, funcionais ou de outra natureza, devam ser executados pelo Empreiteiro ao abrigo do Contrato inicial, ou, por qualquer outra razão atendível, seja inconveniente a sua adjudicação a outro operador ou, tal adjudicação, provoque uma duplicação de custos para o contrato e, especialmente , para o Dono da Obra;
- b) A modificação decorrer por força da alteração dos instrumentos de planeamento e gestão territorial, municipais, intermunicipais, regionais ou nacionais;

- c) A modificação decorrer da emissão de outros atos ou regulamentos municipais ou de legislação geral, nacional ou europeia;
- d) A necessidade de modificação decorrer de circunstâncias que, independentemente da sua origem e natureza, não poderiam ser razoavelmente previstas no momento da outorga do Contrato.

3 – A modificação do Contrato pode ainda ocorrer por força das demais circunstâncias previstas no presente Caderno de Encargos, em especial as referidas nas Cláusulas 102.^a, 113.^a e 114.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 119.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 – Qualquer alteração das informações referentes a contratos constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 120.^a

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme dispõe a alínea b) do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 121.^a

Resolução de litígios e foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 122.^a

Legislação aplicável

1 – Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, no Código do Procedimento Administrativo e demais legislações aplicáveis.

2 – O contrato fica ainda sujeito aos regulamentos já emitidos pelo Município do Entroncamento e em vigor, bem como aos regulamentos que este venha a emitir.

CAPÍTULO XXV

PRODUÇÃO DE EFEITOS

Cláusula 123.^a

Disposições gerais

1 – O contrato só produz efeitos após a emissão de visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 45.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro.

Entroncamento, 26 de setembro 2024

O Presidente da Câmara Municipal

Jorge Manuel Alves de Faria